

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

**MARIA MARTHA DE PAULA MACHADO GIBELLINI**

**A ESCOLHA DO NOME SOCIAL:**

**Um passo para exercer a cidadania**

**SÃO PAULO**

**2019**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**

**CURSO DE PSICOLOGIA**

**MARIA MARTHA DE PAULA MACHADO GIBELLINI**

A ESCOLHA DO NOME SOCIAL:

Um passo para exercer a cidadania

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para  
graduação no curso de Psicologia, sob orientação da Profa. Dra.  
Lucia Iracema Zanotto de Mendonça.

São Paulo

2019

## AGRADECIMENTOS

“O homem se define pelo que o inquieta, não pelo que o assegura”, Elie Wiesel

Um trabalho é fruto da construção conjunta de muitas pessoas. É preciso agradecer aqueles que passaram pela minha graduação:

À Sylvia e Marcos, pais que me apoiaram e confiaram na minha escolha de graduação.

À Isabella, irmã sempre presente para me dar colo e motivação.

Ao Vitor, que se fez palavra e cuidado nesse processo todo.

À Laura, com sua escuta e escrita de sabedoria.

À Luísa, que me inspira no cuidado com o outro e compartilha comigo o tema de pesquisa.

Aos amigos que me dão energia e conhecimentos diversos.

Aos entrevistados, que se disponibilizaram, sem me conhecer, a compartilhar histórias íntimas e me acolheram em um papel no qual não me sinto confortável.

À Lucia, minha orientadora, que me deixou muito tranquila e livre em todo processo.

Aos meus professores de graduação, que com paixão passaram experiências e afeto sobre essa profissão.

Muito obrigada!

## **RESUMO:**

A presente pesquisa teve como objetivo entender o percurso da escolha e retificação do nome social de pessoas transexuais e como esse processo influenciou no exercer de suas cidadanias. Para tal, foram realizadas duas entrevistas individuais semiestruturadas com dois indivíduos transexuais, um homem e uma mulher. Esses dados foram analisados qualitativamente a partir de uma perspectiva de estudos de gênero. O gênero, enquanto expressão da identidade, é fruto de uma construção social. No entanto, há na cultura um paralelismo supostamente natural entre gênero e sexo, que exclui e violenta a existência da pessoa trans, vista como doente. Fruto da luta social, o nome social surge como medida paliativa para que as pessoas trans ocupem espaços comuns usufruindo de mais respeito e dignidade. Os resultados foram apresentados e discutidos através de seis fatores estruturantes para a vivência dos entrevistados – dificuldades e impedimentos, vivência multifatorial do gênero, militância como espaço de ser, dispositivos públicos normativos, corporificação do gênero e nome e reconhecimento social. Eles apontaram que o nome social é pouco respeitado nos espaços coletivos e que a retificação do nome é um processo moroso. O nome social, junto com as mudanças corporais correspondentes ao gênero identificado e a militância, aparece como uma forma de resistência e recurso para a pessoa trans exercer sua cidadania.

**Palavras-chave:** Nome Social, Transexualidade, Gênero, Identidade Social, Cidadania.

## Sumário:

|                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>                                                         | <b>5</b>  |
| 1.1 O NOME ENQUANTO IDENTIDADE.....                                               | 5         |
| 1.2 SÉCULO XVII E O SEXO ÚNICO.....                                               | 6         |
| 1.3 O BINARISMO E A VISÃO DA TRANSEXUALIDADE COMO ANORMALIDADE.....               | 7         |
| 1.4 O SURGIMENTO DO TERMO TRANSEXUALISMO/DADE .....                               | 8         |
| 1.5 CONCEITO DE TRANSEXUALIDADE: O/A TRANSEXUAL, O TRANSGÊNERO E A TRAVESTI ..... | 8         |
| 1.6 SEXO, GÊNERO E IDENTIDADE SEXUAL.....                                         | 11        |
| 1.7 TRANSEXUALIDADE COMO DOENÇA .....                                             | 13        |
| 1.8 O TRANSEXUAL NA SOCIEDADE: EXCLUSÃO, VIOLÊNCIA E NOME DISCORDANTE.....        | 15        |
| 1.9 LEGISLAÇÃO PARA O NOME SOCIAL .....                                           | 17        |
| <b>2. METODOLOGIA.....</b>                                                        | <b>20</b> |
| 2.1 SUJEITOS.....                                                                 | 22        |
| 2.2 MATERIAL E LOCAL DE COLETA .....                                              | 23        |
| 2.3 PROCEDIMENTOS .....                                                           | 23        |
| 2.4 ROTEIRO ESTIMADO DE ENTREVISTA .....                                          | 23        |
| <b>3. RESULTADOS.....</b>                                                         | <b>25</b> |
| <b>4. DISCUSSÃO.....</b>                                                          | <b>28</b> |
| 4.1 DIFICULDADES E IMPEDIMENTOS.....                                              | 28        |
| 4.2 GÊNERO: ASPECTO DE UMA VIVÊNCIA MULTIFATORIAL .....                           | 29        |
| 4.3 MILITÂNCIA COMO ESPAÇO DE SER.....                                            | 30        |
| 4.4 DISPOSITIVOS PÚBLICOS NORMATIVOS .....                                        | 33        |
| 4.5 GÊNEROS CORPORIFICADOS .....                                                  | 37        |
| 4.6 NOME E RECONHECIMENTO SOCIAL.....                                             | 39        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                               | <b>41</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                          | <b>44</b> |

# 1. Introdução

## 1.1 O nome enquanto identidade

A presente pesquisa parte da inquietação acerca da importância do nome na constituição do sujeito, especialmente em um caso particular, em que o sujeito transexual escolhe seu nome.

O nome é nosso primeiro passo de diferenciação no mundo, a primeira identificação de si. Ciampa (2011) diz ser “[...] mais que um rótulo ou etiqueta [...], pois confirma e autentica nossa identidade. É o símbolo de nós mesmos” (p. 136). Para Mariani (2014), o nome indica a identidade porque nos diferencia dos outros, permite que o sujeito se singularize em sua diferença significativa.

“Quando alguém, referindo-se a si próprio, diz ‘Eu’, encontra-se aí implícito o sexo e o gênero ao qual o sujeito se sente pertencer. Sem dúvida, a aquisição do sentimento de individualidade, isto é, o de ser, de existir separado de um outro - a percepção de alteridade - é o sentimento menos compartilhável e mais irredutível que o ser humano é capaz de viver” (CECCARELLI, 2009 *apud* CECCARELLI, 2014, p. 53).

A maior parte das pessoas vive com o nome dado pelos pais. Isso é significativo na formação do sujeito. Lacan (1988) formulou a fase do “estádio do espelho” para tratar do momento em que o sujeito começa a distinguir o eu do não-eu (Outro). Ele diz que somos primeiro fruto daquilo que nossos cuidadores desejaram para nós. Um signo notável desse projeto é o nome, posto como um dos investimentos primordiais no corpo do sujeito. Em outras palavras, para ser José é necessário que alguém tenha dito que se é José. O que acontece quando essa expectativa não contempla a realidade? Se ser José não for uma possibilidade, quem ser?

Na experiência transexual o nome pode atrelar a pessoa a “uma identidade de gênero que não é a dela” ([www.cidadaniatrans.com](http://www.cidadaniatrans.com)), uma vez que seu nome de nascimento, ou seja, seu primeiro registro da identidade de uma pessoa perante a lei e a sociedade não condiz com sua realidade psíquica.

O nome, na cultura ocidental, está relacionado à identificação de dois gêneros: masculino e feminino. Levando-se em consideração a relevância desse signo na formação da identidade, fica clara a importância da correspondência entre nome e gênero. Ciampa (2011) fala acerca da não identificação com o nome dado ao nascimento, no qual o próprio indivíduo tem um abalo na autoidentificação, enxergando-se como enganado sobre si mesmo.

## 1.2 Século XVII e o sexo único

Antes de século XVII, ser homem ou mulher era uma categoria sociológica e não ontológica. Uma posição social caracterizada pelas roupas, atitudes, expectativas e conformações sociais e não diferenciados pelos seus aparelhos genitais (LAQUEUR, 2001), como é hoje.

Segundo Laqueur (2001), pautada na filosofia neoplatônica de Galeno (século II), a medicina ocidental do século XVIII entendia a sexualidade humana baseado no modelo de sexo único, no qual a mulher era vista como um homem invertido e inferior.

“Invertido porque seus órgãos sexuais eram os mesmos dos homens, só que voltados para dentro. Assim, o útero era o escroto, os ovários, os testículos, a vagina, o pênis, e a vulva, o prepúcio. Inferior porque a mulher era concebida como um homem imperfeito, a quem faltavam a força e a intensidade do calor vital, esse último responsável pela evolução do corpo até a perfeição ontológica do macho” (COSTA, 2001).

O modelo do sexo único consistia em:

“... um mundo onde pelo menos dois gêneros correspondem a apenas um sexo, onde as fronteiras entre masculino e feminino são de grau e não de espécie, e onde os órgãos reprodutivos são apenas um sinal entre muitos do lugar do corpo em uma ordem cósmica e cultural que transcende a biologia” (LAQUEUR, 2001, p. 41).

Ou seja, as diferenças anatômicas vistas pelos médicos não eram entendidas como dois sexos, mas como uma variância do mesmo sexo em termos de um grau de perfeição. Esse modelo inscrevia as distinções como marcas sociais para manutenção de uma relação

hierárquica entre homens e mulheres. As diferenças eram expressas em formas de gênero e não de sexo.

Contudo, “o sexo também é situacional e só pode ser entendido no campo das relações entre gênero e poder” (ROHDEN, 1998). No final do século XVIII, diante da Revolução Francesa, junto aos avanços científicos e anatômicos, surgiu a necessidade de justificar e legitimar as diferenças entre os sexos, agora vistos como substancialmente diferentes, “de modo a torná-las compatíveis com os ideais igualitários republicanos” (COSTA, 2001).

“... mudanças nas relações entre homens e mulheres, vinculadas ao industrialismo, à divisão sexual do trabalho, bem como às ideias de caráter feminista então em circulação, são algumas das condições que possibilitam essa mudança de paradigmas” (LOURO, 2004, p. 78).

### 1.3 O binarismo e a visão da transexualidade como anormalidade

A lógica binária, tendo como base agora o biológico e não mais o ontológico, possibilitou a compreensão das mulheres como o sexo mais “frágil”, pois o sexo tornou-se a prova da diferença e da “existência de dois sexos opostos e estáveis” (JORGE e TRAVASSOS, 2018, p. 42). A ordem social passou a ser pautada pela diferença vista como base entre os sexos, visto na genitália, predeterminando os papéis exercidos por homens e mulheres (JORGE e TRAVASSOS, 2018). “Mulheres e homens passaram a ser comparados pelo padrão da descontinuidade/oposição e não da continuidade/hierarquia” (COSTA, 2001).

“Homens e mulheres deviam ter um tipo de prazer sensual, de conduta social e de vida emocional adequados à natureza biológica de ‘seus sexos’. Do contrário, não seriam exemplares normais da espécie, e sim indivíduos desviantes, anormais, doentios ou degenerados. Os sujeitos, até então avaliados moralmente por seus atos, pensamentos e sentimentos religiosos ou pelos valores da hierarquia aristocrática, passam a ser julgados pela conformidade à finalidade sexual de suas supostas ‘naturezas biológicas’. Na anatomia estava o destino psicológico-moral dos viciosos e virtuosos” (COSTA, 25 mar. 2001).

Os corpos passaram a ser o fundamento da sociedade civil, como ponto decisivo para silenciar toda e qualquer forma de expressão de uma variedade daquilo que é padrão (LAQUEUR, 2001), como a transexualidade.

“A educação, assim como outros aparatos culturais e políticos, nos adentra para a ‘normalidade’ social, sendo que a generificação esperada é um de seus pontos principais, assim como a altamente demandada heterossexualidade. Outras formas de expressão de gênero e/ou de desejo tendem a ser punidas, recusadas e até mesmo suprimidas a depender do contexto em que aparecem” (MISKOLCI, 2014, p. 21).

## 1.4 O surgimento do termo transexualismo/dade

O conceito “transexualismo” apareceu pela primeira vez com Harry Benjamin (1953), endocrinologista alemão radicado nos Estados Unidos, em seu artigo “Travestismo e transexualismo” (JÚNIOR, 2014, BENTO 2006). Ele o definiu como:

“... homem ou mulher biologicamente normal (o diagnóstico é excluído no caso de intersexualidade), porém profundamente infeliz com o sexo – ou gênero – de nascimento, designado a partir da genitália. Benjamin propôs uma conduta médica diante da demanda transexual, que incluía tratamento hormonal e convívio social adequado ao sexo desejado e, em último caso, a intervenção cirúrgica” (JORGE e TRAVASSOS, 2018, p. 56).

Até então não havia “uma nítida separação entre transexuais, travestis e homossexuais” (BENTO, 2006, p. 40).

Atualmente é usado o termo transexualidade, uma vez que o uso do sufixo “ismo” sugere conotação patológica e de condutas sexuais perversas (Bento, 2006), enquanto “dade” significa modo de ser (Ministério da Saúde, 2015). “A reivindicação do uso do termo ‘transexualidade’ partiu dos movimentos sociais LGBTI+, na luta pela despatologização das chamadas ‘identidades trans’” (JORGE e TRAVASSOS, 2018, p. 57).

## 1.5 Conceito de transexualidade: o/a transexual, o transgênero e a travesti

“Transgênero é um termo utilizado para fazer referência às pessoas que, apesar do sexo de nascimento, não se reconhecem na identidade de gênero correspondente (menina/feminino e menino/masculino) (Jorge e Travassos, 2018, p. 59). A Transexualidade está inserida na categoria da transgeneridade, como também as travestis, crossdresser, genderqueer, bigênero, pangênero, drag queen, intersexo e etc.

A pessoa transexual é um indivíduo que sente pertencer ao sexo oposto ao biológico, não se identificando com seu gênero designado ao nascimento nem com seus genitais ou com as atribuições socioculturais decorrentes desta (Galli, Vieira, Giami, & Santos, 2013; [www.cidadaniatrans.com](http://www.cidadaniatrans.com)). “Ele não deixa um sexo pelo outro: ele muda as insígnias de gênero de um sexo pelas aparências do outro sexo” (CECCARELLI, 2008, p. 54).

"O prefixo 'trans' [...] vem do latim e significa 'em troca de', portanto: quem se identifica com um gênero diferente do qual foi designado no nascimento, ou nenhum gênero é transgênero" ([www.cidadaniatrans.com](http://www.cidadaniatrans.com)). Outro sentido para o prefixo “trans” é cruzar fronteiras, indicando uma mobilidade identitária (SANTOS, 2014). Jean Wyllys (2017), no livro BRTRANS, peça escrita por Silvero Pereira, comenta sobre o trocadilho feito pelo autor, que coloca o BR sugerindo uma rodovia, remetendo ao sentido de deslocamento.

“O prefixo trans, que permite a metáfora, se refere à condição de quem partiu, mas ainda não chegou; de quem se deslocou deliberadamente de um lugar em direção a outro, mas ainda está no caminho, no trânsito, de quem deixou uma casa, um êthos ou identidade para trás, mas ainda está sem abrigo, e em construção de uma nova casa ou identidade ou um novo êthos” (p. 7).

Importante ressaltar que é preciso fazer o uso da palavra transexualidades no plural, uma vez que “a origem da inadequação entre corpo anatômico e sentimento de identidade sexuada não é a mesma para todos/as aqueles/as que se dizem transexuais” (CECCARELLI, 2014, p. 57). Falar em transexual típico seria como falar em cisgênero<sup>1</sup> típico, uma vez que nada é típico na identidade e sexualidade humana, sendo assim, impossível generalizar uma experiência estritamente singular (CECCARELLI, 2014, JORGE e TRVASSOS,

---

<sup>1</sup> “O termo Cisgênero foi cunhado para se referir às pessoas que estão em conformidade com o corpo, genitália e gênero” (SANTOS, 2014, p. 79).

2018). “A transexualidade é uma vivência singular, única, cuja experiência é intransferível e não moldável” (SANTOS, 2014, p. 85).

“Algumas dizem: ‘tenho o corpo de um sexo e a alma do outro’. No entanto, mesmo existindo esse consenso, as pessoas transexuais são diferentes umas das outras, assim como todas as demais pessoas não transexuais, embora suas necessidades em relação às mudanças corporais possam, em muitos casos, serem as mesmas” (COELHO; SAMPAIO, 2014, p.13).

Há confusão presente nos discursos de senso comum a respeito da diferença entre transexual e travesti (OLIVEIRA e GROSSI, 2014). “Isto se dá não só na acepção dos termos, mas também na identificação dos sujeitos que assim se reconhecem” (p. 699).

“... enquanto a transexualidade apresenta pessoas que vivem no masculino e feminino, até o presente momento, a travestilidade, como nós brasileiros a conhecemos, tem se apresentado em forma feminina (...). A literatura caracteriza as pessoas transexuais como aquelas que se sentem homens ou mulheres, opostamente ao corpo e a genitália com os quais nasceram; a travesti é localizada (...) como uma pessoa que gosta ou se sente bem vivendo ‘como mulher’” (SANTOS, 2014, p. 79 e 85).

O termo travestismo surge no século XVIII com o desejo de mulheres de ocuparem determinadas posições sociais designadas exclusivamente aos homens e, para tal, trocavam as roupas. A travesti é, portanto, aquela que, para ser reconhecida como do sexo oposto, traveste, ou seja, usa roupas do gênero socialmente intitulado contrário. O manual de comunicação LGBT, produzido pela Associação Brasileira de Gays, Bissexuais e Lésbicas, diz que travestis se apresentam físico, psico e socialmente com características atribuídas ao sexo oposto, mas não negam a genitália (SANTOS, 2014). Segundo o site transcidadania “cabe exclusivamente a pessoa a decisão de se afirmar como mulher trans ou como travesti”, pois ambas se identificam e devem ser legitimadas socialmente como mulheres.

“... fronteiras entre travestis e transexuais encontram-se borradas no cotidiano, podendo haver um “trânsito” entre tais identidades; portanto não são fixas ou isoladas, mas posições sempre disputadas, negociadas, em constante interação e movimento” (MAGNO e colab., 2018, p. 2).

Apesar de serem ambas expressões de gênero revolucionárias, ainda são capturadas pelas normas de gênero à medida que tem seus reconhecimentos pautados no

binarismo (BENTO, 2011), e aqueles que não se encaixam nos padrões de sexo e gênero hegemônicas “são alvo de violência e perda de direitos, sem que isso seja visto como iniquidade ou crime” (SANTOS, 2014, p. 96).

Segundo Magno e colab. (2018) as travestis e as mulheres transexuais evidenciam as nuances possíveis tanto no sexo quanto no gênero, ambos entremeados e atravessados pela cultura, pois “borram ou confundem no próprio corpo a separação heteronormativa entre gênero e sexo” (p. 9).

“Travestis e transexuais são sujeitos que subvertem as normas identitárias sexuais e de gênero vigentes e, de forma diferenciadas, são trazidas para as normas: transexuais via processo de patologização, tendo o recurso hormo-cirúrgico como tecnologia de controle e medicalização do corpo, ou, no caso das travestis, lançados na arena social via processo de estigmatização cuja solução - aceitação social - dependerá de uma mudança nos sistemas de sexo-gênero hegemônicos” (SANTOS, 2014, p. 81).

## 1.6 Sexo, gênero e identidade sexual

Butler (2008) defende que a indistinção presente no senso comum entre sexo, gênero e identidade sexual contribui para o preconceito e dificuldade de inserção das pessoas transexuais na sociedade. A autora afirma que não há um paralelismo entre gênero, sexo e sexualidade, defendendo que a construção do gênero não é natural e, portanto, não é possível traçar uma relação linear entre o corpo, gênero e a identidade sexual.

“A coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades” (LOURO, 2004, p. 88).

Bento (2008), Butler (2008), Louro (2004), Rubin (2017) e Jorge e Travassos (2018) afirmam que o gênero é culturalmente construído. Simone de Beauvoir (1969) declarou que as mulheres não nascem mulheres, tornam-se. O gênero é uma expressão da identidade e, dessa forma, independe do sexo biológico ([www.cidadaniatrans.com](http://www.cidadaniatrans.com)). O sexo está presente na constituição do corpo de uma mulher ou de um homem, constituindo

características internas e externas, sendo elas físicas, hormonais e cromossômicas. Contudo, ele está diretamente relacionado ao gênero no que diz respeito à construção dos papéis sociais e características designados para meninos e meninas, numa divisão binária (JORGE e TRAVASSOS, 2018). Fausto-Sterling (2002) diz que o binarismo sexual também é diretamente atravessado pela cultura: “o sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe isso ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, “... rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social” (p. 15).

“Enquanto ‘gênero’ é uma construção imaginária e simbólica, ‘sexo’ é um conjunto de características genótípicas e fenotípicas presentes nos sistemas, funções e processos dos corpos humanos” (JUNIOR, 2006, p. 14 e 15). Rubin (2017) sugere uma sociedade andrógina, afirmando que uma vez que os papéis tradicionais de gênero são socialmente construídos, podem ser, da mesma forma, desconstruídos. Nessa sociedade sem gênero, mas não sem sexo, a anatomia do indivíduo não definiria quem ele é e eliminaria os pressupostos comportamentais decorrentes dos papéis de gênero.

O sexo de nascimento da criança designa um estado biológico sob a forma de homem ou mulher constituído por características internas e externas, sejam elas cromossomiais, hormonais ou anatômicas.

“Em termos linguísticos, gênero é uma categoria arbitrária e seu vínculo com o sexo é estabelecido segundo cada língua e seu léxico; a partir da antropologia, o gênero passou a ser utilizado para designar papéis sociais ligados ao sexo” (JORGE e TRAVASSOS, 2018, p. 43).

O Eu é desde sua origem corporal (FREUD, 1976) determinado pelas sensações. Percepções que são resultado do investimento libidinal dos principais cuidadores, representantes do mundo externo, que lhe informam seus limites (CECCARELLI, 2014). Portanto, não se nasce psicologicamente homem ou mulher, mas assim torna-se “em função da construção da psicosexualidade, que lhe é tributária do desejo de quem acolhe a criança e lhe dá vida psíquica” (CECCARELLI, 2014, p. 58).

“... em caso de conflito entre forças biológicas e psicológicas, as últimas ganham no que diz respeito à representação psíquica do corpo, e à construção do sentimento de identidade sexual. Um sujeito sem pênis se sentirá homem se for criado como menino; e um sujeito sem vagina se sentirá mulher se for criada como menina. Ou seja, o sentimento de ser

menino, ou menina, não está vinculado à presença, ou à ausência, do órgão sexual” (CECCARELLI, 2008, p. 59).

## 1.7 Transexualidade como doença

Apesar de ser um tema debatido atualmente, ainda hoje a transexualidade está dentro do novo Código Internacional de Doenças (CID-11), o qual ainda está em diferentes fases de implementação pelas comunidades científicas globais – o prazo é 2022. No entanto, o fenômeno transexualidade ainda configura no novo CID, na categoria de "condições relacionadas à saúde sexual" e é classificada como "incongruência de gênero". A transexualidade está, há 28 anos e até o código vigente, classificada dentro da categoria de transtornos de personalidade e comportamento, intitulado como transexualismo (F640). Nessa atualização ela deixa de ser considerada uma doença mental, porém ainda está dentro de um código de doenças, o que acarreta em uma estigmatização dessa identidade.

Em contrapartida, o Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia (2005) diz em seus princípios fundamentas I, II e III (p. 7) que é dever do psicólogo não discriminar, incluindo quaisquer identidades de gênero como uma doença e, conseqüentemente, não realizar práticas que favoreçam o preconceito, como terapias de conversão.

A quinta edição do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-V), categoriza algo cultural (gênero) em um diagnóstico psiquiátrico, nomeando a transexualidade como “disforia de gênero”, caracterizada como um estado psicológico em que a pessoa demonstra insatisfação com seu sexo e com o papel sexual socialmente definido a partir dele. Nessa definição, o desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual e a hormonioterapia são postos como requisito para o diagnóstico (BENTO, 2006).

Profissionais de saúde mental debatem que a cirurgia não é a única forma terapêutica possível e que a mudança do genital não é elucidativa da identidade transexual (BENTO, 2006).

O ato de transformar em doença, além de colocar o transexual em condição de abjeto, dita um modelo de pensar a transexualidade como “catalogável, curável e passível

de normalização” (BENTO e PELÚCIO, 2012). A condição de abjeto é ter seu corpo e sua vida colocada como “não importante”, são sujeitos que não gozam do status de sujeito (PRINS; MEIJER, 2002, SANTOS, 2014), seu sofrimento sendo visto como corriqueiro, ordinário, habitual a ponto de ter sua humanidade negada. “Esse conceito vem da ideia de que determinados sujeitos devem ser excluídos da existência social porque transgridem regras” (COLLING; SANT’ANA, 2014, p. 258).

Berenice Bento (2008) define a transexualidade como uma experiência identitária e não como uma doença.

“A expressão transexualismo está relacionada a um saber médico que se apegando somente a parâmetros nosológicos e biológicos para denominar a sexualidade de outrem. Ou seja, ainda que se passe por todo um processo de se ‘fazer’ uma sexualidade compatível com a sua subjetividade, a biologia estará marcando sempre o corpo daquela pessoa” (COLLING; SANT’ANA, 2014, p. 259).

Bento (2017) questiona “como é possível criar uma categoria cultural (gênero) em uma categoria diagnóstica?” (p. 40). Uma crítica ao manual aponta que a população estudada para a formulação dessas patologias é exclusiva dos Estados Unidos. Além disso, seus desenvolvedores são oriundos de cinco nacionalidades apenas, nenhum deles pessoa trans. “O DSM é um texto que fala de um contexto econômico, social, político e específico” (BENTO, 2017, p. 42). Não é possível esgotar as possíveis explicações para “gênero disfórico” em seu processo enviesado.

“A continuidade da psiquiatrização, nesse contexto, deve ser interpretada como uma concessão necessária ao mercado. Essa seria a única maneira de obter o tratamento escasso oferecido pelos planos de saúde. O argumento para mantê-la de acordo com um imperativo categórico do mercado pode ser interpretado como um ardil para reforçar a posição corporativista dos psiquiatras. Dessa forma, assegura-se a continuidade do protagonismo dessa categoria profissional como os detentores da verdade sobre esse tipo de ‘distúrbio’” (BENTO, 2017, p. 41).

Vários estudos têm demonstrado diferenças na morfologia cerebral entre os sexos. São escassos os estudos sobre a morfologia cerebral em indivíduos transgêneros.

Em estudo recente, Spizzirri (Spizzirri, 2016; Spizzirri et al 2018) trouxe respaldo biológico para a não inclusão da transexualidade como doença. A pesquisa fez uma análise estrutural, a partir de imagens de ressonância magnética, a fim de investigar variações no volume cerebral de indivíduos transgêneros. Ao todo tiveram 80 participantes (entre 18 e 49 anos): 20 mulheres cisgêneros, 20 homens cisgêneros, 20 mulheres trans que nunca haviam feito uso de hormônios e 20 mulheres trans que fazem uso de hormônios há pelo menos um ano.

Os resultados indicaram nos dois grupos de mulheres trans um volume reduzido da ínsula, em ambos os hemisférios cerebrais, em relação às mulheres cis. O volume da ínsula não se apresentou diminuído em relação aos homens cisgêneros. A ínsula tem sido relacionada às sensações subjetivas e à interocepção, inclusive a percepção do próprio corpo, e ao processamento de emoções. As alterações na ínsula podem estar relacionadas a mudança na rede neural da percepção corporal e podem refletir o sofrimento que acompanha a disforia de gênero. Spizzirri sugere que as mulheres trans apresentam características cerebrais que se aproximam do gênero com que se identificam. Sua hipótese é de que essas diferenças começam a ocorrer no período gestacional.

Esse estudo é muito importante pois sugere que na transexualidade “o cérebro não segue o mesmo padrão que o resto do corpo, pois há evidências de que determinadas regiões cerebrais nas mulheres transexuais (MT) - sexo biológico masculino - são parecidas com as de homens cis” (SPIZZIRRI, 2016).

## 1.8 O transexual na sociedade: exclusão, violência e nome discordante

As pessoas transexuais sofrem não só com a privação da própria identidade, mas também são excluídos do pertencer à sociedade. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2017, ocorreram 179 assassinatos de travestis, mulheres e homens transexuais, mantendo o Brasil na primeira posição do ranking mundial que contabiliza a transfobia. “A transfobia é a discriminação, intencional ou não, às pessoas transgêneras e transexuais” ([www.cidadaniatrans.com](http://www.cidadaniatrans.com)), que podem aparecer como

ameaças, ataques, homicídios, exclusões, agressões físicas ou verbais, impedimento do uso de banheiros, a não utilização do nome social. Segundo a ANTRA, 45% dos assassinatos de LGBT são de pessoas transexuais.

Berenice Bento (2016), no livro *Dissidências Sexuais e de Gênero*, diz:

“... o assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta afirmar ‘eu sou mulher’. É necessário que o outro reconheça esse meu desejo como legítimo” (p. 55).

O vácuo social que afeta a população transgênero estende-se sob a esfera da informação. Achar dados acerca dessa violência e suas vítimas é trabalho árduo. Bento (2016) comenta sobre essa questão, afirmando que há um consenso entre os pesquisadores do tema de que há uma necessidade de construir, no Brasil, instrumentos mais refinados para a coleta e sistematização de dados sobre a violência contra a comunidade LGBT. Os principais meios de coleta de dados são ONGs ativistas, cuja fonte são textos jornalísticos.

De acordo com o Grupo Gay da Bahia (2017), a expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, representando menos da metade da expectativa média nacional de 75,8 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016). Esses números evidenciam a grave violência que essa parcela da população sofre. Butler (2017) afirma que “... a violência contra as pessoas trans é motivada pelo desejo de restabelecimento das normas de gênero” (p. 234).

A exclusão maciça desta parcela da sociedade aparece também na dificuldade de acesso à universidade, ao trabalho e à rede de saúde. Essa dificuldade aparece, em grande parte, devido ao não uso e/ou respeito do nome social, gerando constrangimento e humilhação da pessoa transexual (ECCARD e SOUSA, 2016).

O nome discordante é oportunidade para situações vexatórias e humilhantes que acirram tal violência. Eccard & Sousa (2016) dizem que pessoas cujo direito de obter documentos com nome e sexo coincidentes com sua identificação foi negado não estão inseridas legalmente ou socialmente em suas comunidades.

## 1.9 Legislação para o nome social

O país vivenciou em passado recente importantes conquistas para a população transgênero. O Ministério da Educação se posicionou em 18 de novembro de 2011, através do Art. 1 da Portaria nº 1.612, que assegura às pessoas transexuais e travestis “... o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do ministério”. O mesmo documento define nome social por “... aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade”, refletindo sua identidade de gênero. Em sequência, a partir do Decreto nº 8727, liberado no dia 28 de abril de 2016, passou a vigorar legalmente “o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”.

É o documento que deve se adequar à pessoa e não o contrário. De acordo com o Estado Democrático de Direito o indivíduo é superior a todas as coisas, ou seja, não pode ser coisificado (VIEIRA, 2014). “Com a documentação inadequada, que retrata prenome e sexo que não representam a realidade do indivíduo, não há qualquer possibilidade de inserção social” (VIEIRA, 2014, p. 213).

A exigência de laudo médico e autorização judicial para legitimar condição humana esvazia a possibilidade de autonomia do sujeito trans. A autonomia é um aparato fundamental da democracia, pois capacita a pessoa a exercer plenamente sua cidadania (ECCARD e SOUSA, 2016). No mesmo texto, ainda é tratada a visibilidade social e civil possibilitada, em parte, pela adequação do registro civil à vida real e à imagem da pessoa. O projeto de lei 5002/2013 João W. Nery, batizado como Lei João W. Nery - a Lei da Identidade de Gênero, defende essa autonomia da pessoa transexual no seu processo de retificação de nome, sem que se necessite demandar laudos médicos e psicológicos, cirurgias ou hormonioterapias, com o objetivo de torná-lo gratuito, sigiloso e rápido. “Conforme o projeto, basta que o transexual vá ao Cartório e solicite a adequação dos documentos” (VIEIRA, 2014, p. 213).

A legitimação da escolha do nome social decorre da necessidade de identificação com ele, pois é através de sua validação legal que podemos ser designados socialmente

(MARIANI, 2014). Essa escolha pode ser feita por travestis, transexuais e transgêneros. “Este fenômeno normativo é reflexo da percepção pelo Estado de que a discordância entre vida real e documentação oficial viola a dignidade da pessoa humana” (ECCARD e SOUSA, 2016, p.178/179).

“Serem identificados/as publicamente pelo nome que os/as posiciona no gênero rejeitado era uma forma ressignificada de atualizar os insultos de ‘veado’, ‘sapatão’, ‘macho-fêmea’, que, ao longo de suas vidas, os/as haviam colocado à margem” (Bento, 2006, p. 57).

Eccard e Sousa (2016) dão respaldo teórico ao avanço no âmbito social e de saúde pública para recentes medidas institucionais, afirmando que, ao ter a possibilidade de se identificar socialmente por um nome que reflete sua aparência, o transexual ganha visibilidade e existência.

A legitimação do uso do nome social em todas as instâncias e serviços públicos é fundamental para a visibilidade das pessoas transexuais, que são violentadas e excluídas socialmente. Segundo a Constituição Brasileira de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

“... a demanda pelo direito de alterar o nome e ‘sexo’ no registro civil comporia, em termos gerais, uma luta pelo reconhecimento da diferença dentro das possibilidades de cidadania plena outorgadas pelo Estado. Ou seja, a afirmação de tal direito implica o reconhecimento mesmo do fato de que pessoas transitam no espectro das identidades de gênero e, portanto, do próprio reconhecimento da existência de travestis e transexuais” (CARVALHO, 2014, p. 243).

Portanto, cabe ao Estado assegurar a proteção daqueles discriminados socialmente. A criação de uma lei favorece o não constrangimento de uma pessoa transexual ao usar

seu nome de nascimento, permitindo maior conforto e segurança na ocupação dos espaços públicos da cidade. A criação dessa lei amplia as inúmeras possibilidades de expressão e desenvolvimento da identidade de uma pessoa transexual. A “adequação do registro civil à vida real e à imagem da pessoa representa a possibilidade de se tornar visível” (ECCARD e SOUSA, 2016) e digna.

“Nas últimas décadas vimos assistindo uma ‘revolução cultural’: os transexuais têm sido mais ouvidos em suas reivindicações, conquistado respeito e obtido inserções sociais cada vez maiores, o que sugere o reconhecimento social das transexualidades, ainda que tal reconhecimento desperte questões éticas e jurídicas” (CECCARELLI, 2014, p. 59).

Em maio de 2017 o Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu que a cirurgia de redesignação sexual não é requisito para a retificação do registro civil. Contudo, fazer essa cirurgia não é garantia de que o pedido de alteração será aprovado.

## 2. Metodologia

Essa pesquisa pretende investigar o processo de escolha do nome social por pessoas transexuais, visando apresentar as motivações e circunstâncias da escolha do nome social, entendendo esta como um processo subjetivo, singular e não passível de generalização, com o intuito de evidenciar a importância desse processo no exercício da cidadania.

Utiliza o método qualitativo, pois o foco do trabalho não pode ser medido quantitativamente. Segundo Gerhardt e Silveira (2009):

“Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens” (p. 32).

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa parte de interesses de pesquisa amplos que se delimitam e se contornam ao longo do desenvolvimento do estudo, pois a compreensão do fenômeno estudado parte da perspectiva dos participantes da situação em estudo. Dessa forma, as hipóteses, nesse tipo de pesquisa, são construídas *a posteriori*.

Duarte (2004) afirma que as pesquisas de caráter qualitativo permitem ao pesquisador compreender o tema estudado com maior profundidade,

“... coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados” (p. 215).

Nessa pesquisa, que visa compreender como se deu o processo de escolha do nome social para determinadas pessoas, a ênfase recaiu no significado para esse pequeno número de casos, e não na frequência e na obtenção de dados estatísticos. Isso é caracterizado por Martins e Bógus (2004) como pesquisa qualitativa.

Para tal foram realizadas entrevistas semiestruturadas (semidiretivas ou semiabertas) individualmente com os sujeitos da pesquisa, pois ela permite a coleta de dados objetivos e subjetivos (BONI e QUARESMA, 2005).

Segundo as mesmas autoras, “as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (p. 75). O pesquisador deve ter formulado previamente um conjunto de questões a serem respondidas pelo entrevistado, contudo, diferentemente de uma entrevista fechada, ele deve conduzir a conversa de forma contínua e semelhante a uma conversa informal, devendo incluir perguntas durante o processo para elucidar questões que não ficaram claras ou que não foram respondidas de forma a esclarecer o que o pesquisador desejava. “Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (p. 75).

Segundo Spink (2014), as entrevistas semiestruturadas:

“... tem como característica o fato do/a pesquisador/a construir previamente um roteiro norteador, mas com uma liberdade tal de perguntar que propicie momentos de construção, negociação e transformação de sentidos, colaborando na interanimação dialógica e na manutenção do foco da entrevista, permitindo acrescentar perguntas e/ou aprofundar determinada questão ou temática fundamental para o estudo. Como isso implica seguir um nível mínimo de padronização, pode ser útil no caso de o/a pesquisador/a comparar ou complementar informações entre diferentes interlocutores” (SPINK, 2014, p. 61-62).

O roteiro de perguntas foi, portanto, norteador do trabalho, mas não necessariamente seguido em uma determinada ordem nem à risca. A entrevista foi construída em conjunto com o entrevistado, pois as informações a serem compreendidas não estão prontas *a priori* para serem coletadas. É esperada uma participação ativa de quem entrevista refletindo junto com quem é entrevistado, permitindo a inclusão de outras perguntas. É um processo flexível e dinâmico (Spink, 2014).

Segundo Boni e Quaresma (2005), as vantagens de escolher essa metodologia é a menor censura que se consegue do que é falado pelo entrevistado, considerando o tema delicado e íntimo que esse projeto tratará.

“Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa” (p. 75)

Ele também permite uma maior cobertura sobre o assunto estudado, pois possibilita que sejam acrescentadas perguntas ao longo da conversa, e não exige que a pessoa saiba ler ou escrever, evitando constrangimentos.

O método de análise dos dados coletados se constituiu a partir do agrupamento das falas dos sujeitos entrevistados em temas eleitos, com sustentação teórica sob a perspectiva dos estudos de gênero, como relevantes para o entendimento do processo, e da discussão de tais temas com fundamentação na bibliografia.

## 2.1 Sujeitos

O critério inicial de escolha dos participantes foi identificar-se como transexual, idade igual ou superior a 18 anos e ter escolhido seu nome social, independente do estágio do processo de retificação de registro civil. Outros critérios como idade, gênero, local de moradia, nível sócio-educacional, escolaridade, orientação sexual, estado civil e profissão não foram controlados intencionalmente, uma vez que o objetivo era procurar os critérios para escolha do nome social dentre uma amostra limitada, diversificada ou não.

É importante pontuar a dificuldade de coleta de sujeitos, uma vez que o meio acadêmico e a pesquisa podem ser invasivos, ainda mais com aqueles que estão em situação de vulnerabilidade e de exclusão social. Foram tentadas instituições formais para tal coleta de dados, contudo, foi negado o pedido de entrada no local para este fim. Os dois sujeitos entrevistados concederam a entrevista de forma individual e foram encontrados através de conhecidos da pesquisadora.

## 2.2 Material e local de coleta

O material utilizado foi um gravador para obter com fidedignidade as palavras do(a) entrevistado(a) e para que a conversa ocorresse de forma mais descontraída sem que a entrevistadora perdesse sua atenção anotando as respostas.

Os locais onde ocorreram as duas entrevistas eram reservados e com pouca poluição sonora, à escolha do entrevistado(a) para que se sentisse menos inibido(a). A indicação da primeira entrevistada foi uma lanchonete na região central da cidade de São Paulo. O segundo entrevistado escolheu o local de convivência dos alunos da universidade em que estuda.

## 2.3 Procedimentos

As entrevistas foram gravadas em áudio digital com a permissão dos participantes e depois todo o conteúdo foi transcrito. Os dois entrevistados preencheram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 1) e, a fim de garantir o sigilo e confidencialidade, os nomes apresentados são fictícios. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da PUCSP com o número do parecer 3.063.553

## 2.4 Roteiro estimado de entrevista

1. Como você gostaria de ser chamada (o), como gostaria que se referisse a você (travesti, transexual etc.)?

A pesquisa de Maria Lúcia Lima (2013) tinha como objetivo analisar os efeitos da política do nome social como estratégia de inclusão escolar de travestis e transexuais. Segundo a orientadora da pesquisa, Spink (2014), a autora utilizou-se dessa primeira pergunta que foi “um elemento importante para o sucesso das entrevistas, pois, assim, a pesquisadora pôde utilizar os pronomes, artigos e adjetivos coerentes com a identidade que os(as) entrevistados(as) atribuíam a si, o que as deixou mais à vontade para falar e compartilhar informações de suas vidas” (p. 68).

2. Dados pessoais: idade, gênero, local de moradia, nível sócio-econômico, escolaridade, orientação sexual, estado civil e profissão.
3. Como foi o processo de não identificação com o corpo biológico? E com o nome presente no registro de nascimento?
4. Quais as motivações para ter um nome social?
5. Como esse nome social foi escolhido?
6. Quais pessoas o ajudaram nesse processo de escolha?
7. Esse nome é visto nos locais públicos que você frequenta?
8. Como foi ou está sendo o processo de retificação do registro civil?
9. Quais os principais desafios no processo de retificação do registro civil?
10. Qual a sensação de ter um nome no qual você se identifica? Quais as mudanças em sua vida a partir dessa conquista?

### 3. Resultados

A presente pesquisa tinha como objetivo apresentar como se deu o processo de escolha e de retificação do nome social de pessoas transexuais e de que forma este processo influenciou no exercer de suas cidadanias.

A primeira entrevista foi com Joana, uma mulher trans de 37 anos, advogada, branca, homossexual que passou pela transição há 8 anos (entrevista transcrita na íntegra no anexo 2). A segunda entrevista foi com André, um homem de 24 anos, estudante, branco, heterossexual que passou pela transição há 3 anos (entrevista transcrita na íntegra no anexo 3).

Joana contou que desde criança não se identificava com o corpo, porém, devido à falta de informação e preconceitos sociais, não era possível se legitimar enquanto uma mulher trans. Ela aponta a dificuldade, após 29 anos, em transacionar como uma mulher homossexual. O conhecimento que tem do assunto veio de pesquisas na internet. Nesse processo ela escolheu seu nome de acordo com afinidade ao nome (o achava bonito). Ela nomeia o processo de escolha e uso do nome social como libertadora. Ela não fez a retificação do nome pois não vê necessidade, acha que o nome social em seus documentos já a legitimam enquanto Joana. Ela diz que o processo de ter um nome social hoje finaliza em duas semanas, em contrapartida ao tempo médio de 1 ano antes da decisão do Superior Tribunal Federal dele poder ser feito em cartório. Ela aponta para a necessidade ainda de uma perícia para a transição de gênero nos documentos e questiona o papel de decisão do Estado nesse processo, pontuando que as pessoas são identificadas na sociedade através do CPF e não de seus nomes.

Ao ser questionada sobre o respeito do nome social nos espaços públicos ela conta que ainda precisa brigar para que respeitem e usem seu nome social. Joana compartilhou uma história em que seu nome social não foi respeitado no hospital enquanto estava internada: no quarto e na recepção constava seu nome de batismo. Mesmo após sua amiga se indignar com a situação e reclamar no hospital, nada foi feito. Ela acrescenta sobre a importância do nome social, colocando-o como forma de inclusão das pessoas trans na sociedade. Ela relata sua experiência transformada ao fazer a prova do OAB no ano em que

foi permitido usar seu nome social, correspondendo ao ano em que ela foi aprovada. Ela põe o nome social como a exteriorização daquilo que sempre foi, possibilitando a ela viver a vida como “sempre quis”.

Na entrevista, ela reforçou a importância da informação que existe hoje em dia para que a geração atual possa de identificar mais cedo e também como um meio das pessoas conhecerem seus direitos. Ela conta que sofreu muito quando criança por não ter uma identidade considerada padrão (cisgênero) e que conseguia se defender devido aos esportes que praticou.

Sua transição ocorreu enquanto trabalhava em uma empresa que acolheu seu processo e respeitou seus desejos, como a mudança de nome em documentos, como o email e crachá. Quando chegou no escritório, após suas férias e a iniciação da hormonioterapia, e viu seu nome em sua mesa, foi o momento em que sua vida estava começando. Ela terminou a entrevista apontando que já superou a expectativa de vida da população trans, estimada em 35 anos devido à violência contra a população trans.

Na segunda entrevista, André contou que já se identificava como homem desde os cinco anos e que, reprimido pela família, não sabia da possibilidade de ter uma identidade trans. Na adolescência se identificava como uma “mulher lésbica”, por achar que isso o aproximaria mais de como se sentia. Ele relata que a luta feminista, apesar de nunca ter se sentido pertencente à causa, foi fundamental para o contato com a transexualidade. Seu processo de transição começou com uma palestra dada por um homem trans para o coletivo feminista da faculdade que frequenta. Diante do relato que ouviu, foi possível nomear o desconforto que vivia com sua identidade. Ele recebeu muito apoio de sua mãe nesse processo, emocional e financeiro. André fez mastectomia e faz hormonioterapia. Para além das mudanças corporais ele aponta o nome como um marco importante na sua transição, evitando muitos constrangimentos que já havia passado com a discordância de nome e gênero, por exemplo em baladas.

A escolha de seu novo nome foi feito pela sua mãe, já retificado, pautando no critério de que nome teria dado a André em seu nascimento como um menino. Ele contou que o processo de retificação, agora feito nos cartórios, é moroso e repleto de burocracias e dificuldades com a junção de documentos, porém com muitas melhorias em relação à

forma antiga de abrir um processo para a mudança, que culminava no gasto alto de dinheiro e num tempo acima do atual.

André relata diversos constrangimentos pelos quais passou quando ainda usava o nome social, colocando como exemplo uma situação de desrespeito ao nome social em um hospital. Ele conta que quer fazer uma cirurgia para tirar útero e ovário, mas devido ao seu gênero ser masculino ele não tem mais direito a ir ao ginecologista pelo plano de saúde. Ele termina seu relato contando da mudança de sua condição financeira após ser expulso de casa pelo pai e hoje ter que se sustentar sozinho.

## 4. Discussão

### 4.1 Dificuldades e impedimentos

Uma pesquisa apresenta, na maioria das vezes, uma série de dificuldades e impedimentos ao longo de sua realização, resultando em mudanças de rumo daquilo que estava no projeto. Com esta não foi diferente. O principal empecilho foi a coleta de sujeitos. Houve a procura de instituições visando um amparo do entrevistado, que estaria assistido pelo local e possibilitaria, em tese, uma casuística maior. Todas as conversas e tentativas de aproximação foram negadas após a palavra “pesquisa” ser colocada. O tema requer privacidade, envolve aspectos doloridos da vida de uma pessoa e pode sensibilizar o entrevistado com a retirada de informações que depois não serão trabalhadas pela entrevistadora, visto que essa não é uma finalidade desse trabalho. Assim, um fator externo, no caso a entrevistadora, foi visto como uma “ameaça” por essas instituições, sendo necessário considerar a população marginalizada e violentada cotidianamente com a qual o estudo visou trabalhar.

É importante também pontuar o desconforto que a entrevistadora sentiu com o realizar das entrevistas, com receio de ser invasiva e “violentar” os entrevistados, posto sua posição de distanciamento vivencial da situação.

“Todo encontro com o transexual toca a dimensão subjetiva daquele a quem ele se dirige. Enquanto nos estados intersexuais, dos quais falaremos abaixo, nosso sentimento por essas pessoas é, na maioria das vezes, o de compaixão, de compreensão, no caso dos transexuais somos, por vezes, tomados por um sentimento de espanto, horror e até mesmo de rejeição. Porque essa diferença? Seriam as primeiras ‘vítimas’ da natureza, enquanto que os transexuais ‘ousaram’ interferir sobre ela? Interferir na ‘natureza’, na nossa ordem simbólica revelando, assim, sua fragilidade? Muitos profissionais, frente ao transexual, são tomados pelo sentimento de estranheza (...)” (CECCARELLI, 2008, p. 55).

Os dois entrevistados, por serem amigos de conhecidos da entrevistadora e estarem concedendo o encontro como um “favor” foram muito acolhedores e estavam

disponíveis para lidarem com esse receio pré entrevista. Diante disso, a conversa em cada entrevista despertou o roteiro de orientação e deixou a entrevistadora mais tranquilizada com relação às fantasias que tinha criado, permitindo uma interlocução mais fluída e rica em informações para a pesquisa.

## 4.2 Gênero: aspecto de uma vivência multifatorial

Diante da dificuldade exposta acima, é importante pontuar que os dois entrevistados pertencem a vivências de classe social semelhantes à da entrevistadora. Por isso é preciso fazer um recorte: ambos tiveram acesso a um curso de ensino superior, ambos são brancos e têm trabalhos formais. Isso indica um recorte atípico dessa população, pois o acesso à escolaridade e ao mercado de trabalho formal para as pessoas trans é muito restrito.

“O estigma relacionado à identidade de gênero pode ser uma barreira importante para o acesso das mulheres transgêneras à escolaridade e ao emprego formal que as direciona muitas vezes a uma situação de marginalização socioeconômica e que geralmente justifica sua entrada no trabalho sexual” (MAGNO e colab., 2018, p. 7).

O preconceito é apontado como principal impeditivo da permanência na escola, resultando em uma baixa instrução (ROCON e colab., 2016).

“(...) a transfobia e a homofobia matam e fazem do Brasil o país nº 1 no ranking do crime contra transexuais, travestis, transgêneros, homossexuais, bissexuais. Além disso, provocam alto índice de evasão escolar, exclusão do mercado de trabalho e falta de acesso à saúde” (JORGE e TRAVASSOS, 2018, p. 14).

Connel (2016) aborda também a questão da transição de classe devido a rejeição da família durante o processo de transição, que muitas vezes resulta no exílio do ambiente familiar. André, um dos entrevistados, relata que sua situação financeira mudou muito depois que o pai o expulsou de casa. Apesar de ter contato próximo com a mãe ainda e os

pais serem divorciados, ele mora sozinho e tem três empregos para pagar suas contas, dentre elas o curso superior.

Joana contou que se sente privilegiada por ter crescido com acesso à informação: livros e a internet. “Me vejo como muito privilegiada porque eu tive acesso à informação e foi criando o caráter que eu tenho hoje. O que me ajudou muito a ter um caráter forte, uma personalidade forte, de me entender na sociedade como uma pessoa de direitos”. Ela também relata que o primeiro local formal em que fez uso de seu nome social foi no trabalho e reconhece a raridade desse caso, “o bom é que lá onde eu trabalhava era uma faculdade de direito e com umas pessoas com uma cabeça melhor, foi super tranquilo”.

Djalma Ribeiro (2016), ao tratar sobre o feminismo negro, faz uma análise interseccional – que consiste em olhar para interação das várias formas de opressão que existem na sociedade de formas estruturais, que posicionam as pessoas diante da desigualdade. “Raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável” (p. 101).

“O terreno das políticas transexuais é complexo, porque a estrutura das relações de gênero está relacionada com as estruturas de classe, imperialismo, raça e idade, nomeando apenas aquelas mais importantes de imediato. É de grande importância se uma pessoa está se submetendo à transição de gênero dentro de uma situação de riqueza e segurança, ou numa situação de pobreza e vida precária” (CONNEL, 2016, p. 219).

## 4.3 Militância como espaço de ser

A militância apareceu no relato dos dois entrevistados como fonte de informação, de autoidentificação e de resistência.

Joana relatou que sempre soube que é uma mulher trans, mas que só concretizou esse saber com as informações que colheu na internet. “Antes a gente não tinha acesso a isso, não era tão fácil você entender. Eu sentia o que eu era, eu não me enxergava naquele corpo, eu não me enxergava do jeito que eu era. Mas era difícil a aceitação em razão de todos os preconceitos da sociedade até os próprios preconceitos internalizados, socializados (...). Pela internet eu comecei a pesquisar mais e começaram a surgir assuntos

sobre e foi quando eu consegui realmente me entender, procurei ajuda profissional porque aí com a internet a gente vê isso né porque ‘ah você é transexual’ então tem ajuda psicológica pra isso, você consegue fazer tal tratamento, você consegue fazer tal coisa pra viver a sua vida”. Ela diz que a facilidade de acesso à informação, principalmente advindo da internet, ajudará pessoas trans mais novas a se identificarem e se assumirem mais cedo, evitando, segundo ela, traumas de viver muito tempo em “uma vida que não é a sua”.

André apresenta uma história de autopercepção semelhante: “eu falo que eu sou homem desde que eu tinha 5 anos e (...) isso não era uma questão tão grande pra mim até porque eu não tinha consciência né da minha identificação, do que o meu nome significava, do que ter uma vagina significava na sociedade, o que ser mulher significava na sociedade (...). Achava que era impossível isso, que não existiam pessoas assim tá ligado, achava que não acontecia então eu achava que eu era sei lá completamente estranho e que o mais próximo do que eu poderia chegar era ser lésbica assim por exemplo”. Ele conta que o coletivo feminista, apesar de não ser uma luta com a qual se identificava, o colocou em contato com o tema. Uma amiga sua da faculdade que organizava o coletivo chamou um homem trans para compartilhar suas vivências e foi naquele dia que André compreendeu quem era. “Quando ele chegou aqui parecia um homem cisgênero né, aí eu achei muito estranho porque eu tava esperando uma travesti ou uma dragqueen sei lá, era tão ignorante nesse sentido, porque eu nunca tinha tido contato com aquilo (...). Tudo que ele começou a falar começou a se encaixar na minha cabeça e foi um momento que deu um estalo né e foi quando eu percebi, eu tive certeza absoluta (...) sem nenhuma dúvida, sem olhar pra trás, eu já sabia então”.

“A transexualidade tem uma característica bastante peculiar que a leva a ser considerada um fenômeno social: é marcada pelo autodiagnóstico e a autoprescrição terapêutica, ou seja, o sujeito se autoidentifica numa determinada descrição – que viu surgir na mídia ou ouviu alguém falar – e se dirige ao médico pedindo a ‘correção’ que lhe informaram ser cabível. Chama atenção nos diversos depoimentos que encontramos na clínica e na mídia a frequência com que as pessoas revelam que, ao ouvirem falar de transexualidade, entenderam o que sentiam e se identificaram com essa condição” (JORGE e TRAVASSOS, p. 57, 2018).

Esses dois relatos indicam que a identificação das pessoas trans não ocorre mais cedo por falta de informação sobre as várias formas possíveis de nos apresentarmos na

sociedade, que nossa identidade não é inata, mas construída. O desconforto está presente. A falta de informação só traz sofrimento e atraso para ser quem verdadeiramente é. “Você tenta camuflar aquilo durante uma vida até que chega um momento que você fala ‘não quero mais’ e você vê os meios de como você vai fazer e acaba se assumindo e começa a partir dali a viver” (Joana).

“(...) a identidade de gênero é autopercebida desde a mais tenra infância porque é constituinte da subjetividade da pessoa, da maneira como ela se percebe e se apresenta aos outros. Somos ‘meninos’ ou ‘meninas’ desde muito cedo, não ‘por natureza’, mas porque essa distinção é fundante na nossa cultura e na nossa língua. Para falarmos de nós mesmos e nos entendermos como as pessoas que sentimos ser dentro de nós, precisamos recorrer às marcas de gênero disponíveis na língua e nos demais regimes de representação que nos cercam e nos constituem; precisamos em algum momento sermos ‘ele’ ou ‘ela’; ainda que, depois, queiramos ser ambos ou ser nada” (JEAN WYLLYS, 2017, p. 9).

O feminismo é uma luta social que tem grande influência sobre a desconstrução de papéis de gênero, estando, assim, ligado às causas trans. Ele aparece tanto na legitimação do processo de transição de André quanto na vida diária de Joana. Connel (2016) vê a psicologia feminista como precursora de uma política de justiça social, uma vez que entende que a cultura machista e a sociedade de funcionamento patriarcal são um problema de ordem coletiva que interfere em todas as vivências, principalmente de pessoas trans que desafiam a não mobilidade sexual e de gênero. “O pensamento de que a relação entre o indivíduo e os corpos reprodutivos é capaz de mudar está presente no feminismo há bastante tempo” (CONNEL, 2016, p. 225).

“Reconhecer o projeto de gênero a transição faz com que seja possível ver uma profunda conexão com o projeto feminista de transformação social (...). O cultivo e nascimento de um novo padrão de relacionamentos envolve potenciais para mudança nas relações de gênero que são negadas pela ideologia patriarcal, e que são necessárias para o projeto mais amplo de justiça de gênero” (CONNEL, 2016, p. 221).

Joana, advogada, se posicionou como militante das causas trans, dando palestras sobre suas vivências e auxiliando juridicamente pessoas, chamadas por ela, “da comunidade” que não tem condições financeiras de pagar seus honorários. Ela colocou

como uma das principais brigas das militâncias trans a interferência do estado na determinação de uma pessoa, como a burocracia para a retificação do nome e a exigência de um laudo médico para tal feito. “Ainda que o dr. Google permita a todos fazerem autodiagnósticos e autoprescrições, a medicina preserva seu domínio de saber em relação à grande maioria das patologias” (JORGE e TRAVASSOS, p. 58, 2018).

Ela conta que a militância a possibilitou compreender separadamente seu gênero e sua orientação sexual, primeiro se identificando como uma mulher trans e depois como lésbica, colocando-a como central em suas vivências e sobrevivência: “eu não to falando que tudo é flores agora, aí vem a parte da militância. Que você sendo LGBT você milita todo dia. Existir é um ato político. Você apenas sobreviver é muita coisa. Aqui no Brasil a estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Eu tô no lucro, já tenho 37. Tô com 2 de lucro, vamos ver quando eu vou embora. Porque a gente pensa isso. Não tem como a gente não pensar porque vê isso acontecendo todos os dias. Eu vejo pessoas próximas a mim morrendo. Todo dia, todo dia”. Connel (2016) aponta que as reivindicações por justiça são conquistadas através da luta coletiva, atreladas às políticas trans, pois o foco é a autoafirmação e a politização das pessoas trans.

“As organizações da sociedade civil tem desempenhado um papel fundamental nessas parcerias, pois é a partir delas que se dão as contribuições para a construção dessas políticas públicas. É sobre o trabalho de base dessas organizações que estão sendo pensadas as políticas públicas para responder às demandas de populações específicas. Fazer esse trabalho sem a parceria do movimento organizado seria impensável e ineficiente” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 14).

#### 4.4 Dispositivos públicos normativos

Há atualmente um movimento dicotômico ao acesso a espaços públicos, principalmente na área da saúde, de pessoas trans. O primeiro é uma abertura e um reconhecimento das necessidades dessas pessoas.

“O crescimento do número de serviços que oferecem atenção especializada a transexuais e travestis fala por si só: desde 2008, quando

foi instituído o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde, foram criados no Brasil cinco serviços para atendimento ambulatorial e hospitalar e outros quatro apenas para atendimento ambulatorial. Além disso, há dez serviços de referência em funcionamento, por iniciativas locais. Dentre eles um ambulatório de atendimento a crianças e adolescentes com questões de disforia de gênero” (JORGE e TRAVASSOS, p. 11-12, 2018).

Segundo uma cartilha feita pelo Ministério da Saúde em 2016 para promover o atendimento integral e humanizado para transexuais e travestis tem, no Brasil, cinco hospitais habilitados pelo Ministério da Saúde no Processo Transexualizador. O Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (Goiânia), o Hospital Universitário Pedro Ernesto (Rio de Janeiro), o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco. O Processo Transexualizador também conta com serviços ambulatoriais em São Paulo (SP), no Ambulatório do Centro de Referência e Testagem de DST/Aids e no Ambulatório AMTIGOS do Hospital das Clínicas; em Minas Gerais no Ambulatório da Universidade Federal de Uberlândia; no Paraná, com o Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais de Curitiba; na Paraíba com o Ambulatório para travestis e transexuais do Hospital Clementino Fraga em João Pessoa e no Pará, no Ambulatório Transexualizador da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas e Parasitárias Especiais em Belém.

O Processo Transexualizador foi instituído pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, realizado pelo SUS e

“... garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso à hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social” (p. 17).

Em contrapartida ao crescimento do atendimento focado a essa população, há outro movimento que evidencia discriminação e constrangimento na experiência de acesso aos ambientes de saúde. André relatou uma experiência que teve no pronto socorro de desrespeito ao seu nome social. Ele ainda não tinha retificado o nome e por isso em seus

documentos constava seu nome de batismo. Para antecipar um constrangimento, ele pediu a uma funcionária do hospital para chamá-lo pelo seu nome social e esse pedido não foi respeitado. “Tipo já tinha barba sabe e eu levantava e todo mundo ficava me olhando porque não era aquele nome sabe. Ai a mulher falava “não, não é você”, aí eu tinha que ficar explicando tudo de novo sabe, então eram tipo muitos muitos constrangimentos”. Nessa época já estava em vigor a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (portaria nº 1820), liberada pelo Ministério da Saúde em 13 de agosto de 2009, que atribuiu o direito e o dever de documentos de identificação dos usuários do SUS serem preenchidos com o nome pelo qual ele deseja ser chamado.

Joana também trouxe um relato de desrespeito do nome social em um ambiente hospitalar. Ela conta que foi internada por uma noite em decorrência de uma endoscopia e que na recepção e no quarto estava seu nome de batismo. Uma amiga que foi visitá-la ficou indignada com a situação e, segunda ela, “rodou a baiana” no local para que houvesse a troca. “A necessidade de ‘dar show’ aparece como estratégia de luta das pessoas trans pelo direito aos serviços de saúde” (ROCON e colab., 2016, p. 2520).

Essa dicotomia em relação ao acesso de pessoas trans aos espaços de saúde está presente em seu discurso: “vejo que muitos lugares, principalmente hospitais eu já vi muita gente falando assim ‘além dessa resolução do STJ também tem essa lei de 2010 que fala que tem que respeitar o nome social e ninguém respeita por causa de preconceito’. Mas isso tá mudando, no SUS a minha carteirinha tá com o nome social, nem aparece o nome de registro”.

Ela também comenta sobre a diferença entre usar o nome social e retificá-lo. No primeiro o seu nome de registro ainda é o de batismo e o nome social aparece junto a esse nome. Na segunda situação tanto sua certidão de nascimento quanto seu gênero são atualizados. “Hoje em dia você ainda tem que brigar bastante, se você ainda não retificou seu nome você tem que brigar muito em lugares públicos para que respeitem seu nome”. André compartilha dessa vivência, afirmando que os constrangimentos e discriminações eram maiores quando ele ainda usava o nome social porque atualmente, com o nome retificado, o tratam como um homem cis. Ele reitera que o que muda não é a formalidade

da mudança do nome, mas a possibilidade de não revelar que se é cis com o documento retificado.

Rocon e colab. (2016), realizaram uma pesquisa que tinha como objetivo discutir as dificuldades de pessoas trans em acessarem os serviços de saúde no SUS.

“Os resultados apontaram o desrespeito ao nome social, a discriminação e o diagnóstico no processo transexualizador como principais limitações no acesso ao sistema de saúde. Afirma-se que o diagnóstico contribui para ocultar a responsabilidade da heteronormatividade e do binarismo de gênero pela marginalização social das pessoas trans. Conclui-se que é necessário modificar o diagnóstico em sua função, já que a existência de uma patologia prévia não é requisito para acessar o SUS” (p. 2517).

O resultado dessa pesquisa vai de encontro com o relato de constrangimento dos dois entrevistados ao usar o nome social em locais de saúde. Os espaços de saúde, guiados primordialmente pelos saberes médicos, se tornam locais de exclusão e normatização.

“Nota-se, assim, a hegemonia médica no Processo Transsexualizador com a equipe multiprofissional submetida e submetendo-se à ordenação do processo enquadrada pelo diagnóstico e pelos procedimentos médicos” (ROCON e colab., 2016, p. 2523).

O saber médico, que é pautado numa lógica cisgênera e heteronormativa, é também atravessado pelos valores sociais, pois mesmo a ciência positivista, que visa uma ‘imparcialidade’, está inserida em uma cultura.

“O modelo biomédico, ao se orientar por variáveis anatômicas, fisiológicas e psicopatológicas engendradas pelas normas binárias de gênero, segue patologizando e medicalizando os corpos e as experiências trans” (ROCON, 2017, p. 531).

André relata que “mudar de nome e de gênero me fez perder alguns direitos básicos como eu teria por exemplo no meu plano de saúde eu não tenho, não posso mais ir no ginecologista, porque agora o meu gênero é masculino”.

## 4.5 Gêneros corporificados

Desde o século XVII, como dito por Laqueur (2001), os gêneros passaram a ser demarcados a partir exclusivamente da diferença anatômica entre os dois sexos. A corporificação, portanto, está diretamente ligada aos processos de gêneros, uma vez que é o contraste corporal faz parte dos processos de composição da pessoa trans (CONNEL, 2016; ROCON e colab., 2016).

“A transição ocorre dentro de uma estrutura profundamente institucionalizada de relações de gênero corporificadas. (...) Na transição, uma pessoa está mudando para um local distinto nessa estrutura de relações de gênero; e a mudança é necessariamente corporificada” (CONNEL, 2016, p. 216).

Ainda segundo Connel (2016), a transição ao público, envolvendo a transformação corporal, está atrelada ao reconhecimento e

“... apoio social para autoimagem. Práticas comuns, tais como vestir uma saia ou usar batom, são funcionais tanto quanto são expressivas, fazendo com que o reconhecimento se torne mais fácil para as outras pessoas envolvidas” (p. 218).

O autor também aborda que o apoio familiar nesse processo de transição, marcado fortemente pela corporificação, pode ajudar a pessoa a melhor lidar com o que ele chamou de “trabalho da transição”.

“Obter recursos, apoio pessoal, cuidados pós-operatórios, documentação legal, achar moradia, lidar com crises de relacionamentos, com um ambiente de trabalho ou procurar emprego, lidar com mudanças corporais, ganhar reconhecimento social, e lidar com a hostilidade (...). Esse processo de trabalho, conforme a sociologia do gênero nos levaria a esperar, envolve todas as dimensões da ordem do gênero; não é só sobre sexualidade ou identidade. É estruturado pelas desigualdades da ordem do gênero; o processo não é igual para mulheres transexuais e homens transexuais” (CONNEL, 2016, p. 244).

André, em toda a entrevista, cita sua mãe nesse papel de facilitadora e ativa nesse processo: retificação do nome e busca de documentos, disponibilidade de auxílio financeiro para burocracias, escolha de seu novo nome, entre outras. Ele conta que seu

maior desejo nesse momento é o de retirar seu útero e seus ovários e atribui à mastectomia um processo de grande importância de sua transição, pois, segundo ele, “meu maior constrangimento eram meus seios”.

As mamas são consideradas símbolos do feminino, relacionadas à amamentação (SILVA, 2010; MORAES, 2017).

“Os seios são considerados símbolos da condição feminina. O aspecto físico das mamas tem relação com sensualidade e a vaidade por um corpo bonito. Além disso, as mamas desempenham um papel muito importante na maternidade, papel considerado relevante para as mulheres em nossa sociedade” (SILVA, 2010, p. 730).

Os corpos são generificados, isto é, às características secundárias sexuais, como seios e barba, são atribuídos determinados gêneros. O corpo é um organizador do binarismo de gênero e da imagem do sujeito. Ao mesmo tempo que os corpos trans tensionam a padronização dos corpos cis, também buscam os signos que legitimam coletivamente seus corpos, os adequando ao binarismo de gênero (ROCON, 2017). É preciso estabelecer uma coerência socialmente demandada entre sexo e gênero.

“As pessoas trans vão construindo seus corpos com maquiagens, depilação, silicone industrial, hormônios, cirurgias e tantos quantos forem os meios testados e aprovados que puderem acessar” (ROCON, 2017, p. 523).

Tanto André quanto Joana fazem hormonioterapia e apontam o processo como início da transição. “A transformação exógena pode reforçar a transformação endógena, no que ela permanece ambígua quanto à beleza a conquistar” (ROCON, 2017, p. 527).

É importante pontuar a diferença de tratamento que é feito para as mudanças corporais de pessoas trans e de pessoas cis. Enquanto pessoas cis fazem mudanças corporais estéticas livremente, como aumentar os seios ou o pênis, pessoas trans precisam passar por um psiquiatra para receber um laudo que aprove a cirurgia (BUTLER, 2009).

“A atestação de saúde mental estável não é requerida para a redução de mama ou para o uso de estrogênio na menopausa. A intervenção que é requerida por um profissional de saúde mental quando uma pessoa quer transicionar insere uma estrutura paternalista no processo e, diga-se logo, solapa a própria autonomia que é a base para a reivindicação do direito de transicionar” (BUTLER, 2009, p. 104-5).

## 4.6 Nome e reconhecimento social

A conquista do nome social foi apontada pelos dois entrevistados como um dos principais passos para exercerem sua cidadania, além das mudanças corporais já mencionadas. O nome é uma mudança incorporal que também coloca a pessoa em consonância com outro gênero (ROCON e colab., 2016).

“A autoatribuição de um novo nome acompanha os processos de transformação do corpo. O nome carrega junto ao corpo os múltiplos sentidos de feminilidade e masculinidade que operam como constituintes do gênero. Nome e corpo interferem-se mutuamente. O nome, como transformação incorporal ou signo a designar uma mudança que ultrapassa e radicaliza a transformação corporal, não dispensa essa última. A mudança de nome incita e é incitada pelas modificações do corpo, sem, no entanto confundirem-se ou exigirem-se necessariamente” (ROCON e colab., 2016, p. 2519).

Joana diz que o nome social contribui “na inserção das pessoas na sociedade, como uma pessoa vai viver na sociedade” e que é “uma libertação pra você finalmente ter a sua voz”. Ela relata como ele interferiu na sua transição: “você passa a se ver né como você sempre se viu por dentro, você exterioriza aquilo que você sempre foi. O seu nome nada mais é do que a exteriorização da sua personalidade, daquilo que você entende como você. Então essa é a maior coisa de todas, é a satisfação de você ver a sua vida engrenando do jeito que ela deveria sempre ser. Hoje a gente vê como uma grande coisa quando na verdade deveria ser uma coisa tão básica”. Ela relembra do primeiro documento que tirou com o nome social, crachá do trabalho, e completa: “agora sim é a minha vida começando”.

Ela também aborda a questão do reconhecimento que o uso do nome social possibilita, reforçando a ideia de libertação com a aquisição do nome nos documentos.

“Uma vez que o gênero é uma estrutura de relações sociais, uma questão fundamental na transição é o reconhecimento social, a base de atuação é socialmente construída em conjunto” (CONNEL, 2016, p. 217).

Nesse tema ela conta que prestou a prova da AOB diversas vezes e que passou no ano em que foi aprovado o uso do nome social. “Você saber que você tá num lugar que

respeita quem você é. Ai você imagina antes eu fazia numa sala a prova cheia de fulanos com o mesmo nome que eu. Depois eu fui fazer em uma sala só de Joanas, só tinha Joana na sala, ai você vê que é outra coisa, outra vibe, deu até prazer de fazer a prova. Acho que é muito mais vantajoso pra pessoa, pessoalmente assim, é muito melhor. Porque em sociedade se você pensa na felicidade de cada um”.

Joana e André abordam a morosidade do processo de retificação do nome, mas apontam o avanço dele poder ser feito atualmente via cartório no período de duas semanas. “Pra uma coisa que demorava um ano você fazer agora em duas semanas, eu acho maravilhoso. É um grande avanço, principalmente pra esse país que está voltando à idade média” (Joana). André conta que seu processo de retificar o nome levou mais de duas semanas, pois sempre alegavam estar faltando alguma documentação, dificultando esse processo.

Ele relata que a formalização do nome era uma de suas prioridades no processo de transição, pois quando usava o nome social, este não era respeitado. Ele nomeia as situações de preconceito que passou como “constrangedoras”. “Ninguém tinha respeito. As pessoas só vão respeitar enquanto elas acharem que eu sou cis, a partir do momento que elas sabem que eu sou trans ai acabou o respeito entendeu, por isso que eu prefiro mudar meu e não passar por isso, do que dar satisfação pra gente que não tem nada a ver com a minha vida sabe”. “Transicionar abertamente significa colocar o sofrimento de uma pessoa para todo mundo ver” (CONNEL, 2016, p. 218).

## 5. Considerações finais

A população trans é depositária de violência e exclusão na sociedade. Parte disso se dá pelo enfrentamento direto que a existência dessas pessoas causa nos padrões heteronormativos e cisgênero impostos pela sociedade (CONNEL, 2016; MAGNO e colab., 2018).

“Travestis e transexuais sempre estiveram na ponta de lança dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil com a população LGBT. Isso ocorre porque essa população ostenta uma identidade de gênero diversa da imposta pelos padrões heteronormativos, em que homem é homem e mulher é mulher, e qualquer coisa que fuja dessa norma é encarada com estranhamento. No caso de trans, esse estranhamento se traduz em assassinato dessa população” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 9).

A violência imposta a essa população não aparece apenas em forma de homicídio, mas também dentro de instituições públicas e particulares, como no desrespeito e no não uso do nome social. Parte dessa resistência da população advém da transexualidade ser vista como uma doença. Butler (2009) trata desse assunto e traz que o diagnóstico pode ter diversos efeitos, um deles é o de legitimação do sofrimento e acolhimento dele nos serviços de saúde. Contudo, o outro

“... pode ser se tornar - em particular nas mãos dos que são transfóbicos - um instrumento de patologização. Receber o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero (...) é ser, de certa maneira, considerado doente, errado, disfuncional, anormal e sofrer uma certa estigmatização em consequência desse diagnóstico” (BUTLER, 2009, p. 96).

Há uma negligência na inclusão dessa população nos espaços de convivência social. A visão de doença colabora para o distanciamento do cuidado e de um fazer profissional que agregue as particularidades dessas pessoas: como no caso de André a possibilidade de ir ao ginecologista mesmo sendo do gênero masculino.

Almeida e Murta (2013) apontam que o sofrimento dessas pessoas decorre da trajetória de exclusão e humilhação social em que vivem e não de uma “condição de doença”, como visto por muitos profissionais da área da saúde. A

“... contribuição do diagnóstico das identidades trans para invisibilizar e fortalecer a marginalização social, a trans/travestifobia, a violência, a pobreza e tantas outras mazelas vivenciadas pelas pessoas trans, ao colocar nos indivíduos a origem dos seus problemas” (ROCON e colab., 2016, p. 2524).

O nome social aparece como uma forma de resistência e de aproximação com o exercer pleno da cidadania. A militância, que impulsionou a legitimação do nome social, está diretamente atrelada ao processo de reconhecimento dessa população e, conseqüentemente, da construção de uma sociedade com serviços que as incluam. Ainda temos dispositivos públicos e uma ordem social pautada nos gêneros binários, que seguem a ordem do cisgênero e da heterossexualidade. A prática e a vivência transformam o cotidiano e impactam a ordem vigente.

“Enquanto não se faz possível a possibilidade de alteração de nome no registro civil de forma desburocratizada, a política de reconhecimento do nome social, sem dúvida, é o caminho mais eficaz para a inclusão de pessoas trans nas políticas de governo. Para além do entendimento de toda rede de desenvolvimento social e assistência social da travestilidade e da transexualidade, é necessário aplicar como regra a utilização do uso do nome social em cadastros de serviços públicos, como forma de acolhimento e respeito a essas pessoas” (Ministério da Saúde, 2015, p. 162).

A luta social, os espaços de assistência e de rede jurídica dão suporte para o que Butler (2009) chamou de “transautonomia”, para que a pessoa trans possa viver sua vida da forma como lhe convir, sem ter que ficar aprisionada numa condição de doença. Esse aprisionamento ocorre por exemplo nas mudanças corporais, que exigem uma série de laudos e procedimentos psicológicos e jurídicos para ocorrerem. Diferentemente da população cisgênera que não passa pelo mesmo processo constrangedor de se autodefinir.

O nome social aparece, também, como uma forma de se autoafirmar na sociedade e como uma medida paliativa, “pois a facilidade em ter seu nome reconhecido conforme o gênero com o qual se identifica seria a forma cabal de forçar o tratamento adequado às pessoas trans nos serviços públicos” (Ministério da Saúde, 2015, p. 162). Para uma inclusão verdadeira é preciso o reconhecimento das múltiplas identidades de gênero e abarcá-las

nos espaços coletivos, diante de uma legislação que as legitimem e deixem seus processos de mudanças (nome e corpo) desburocratizados.

Ou seja, É preciso reconhecer que “o caráter incerto e mutável das identidades significa minar o sistema normativo binário baseado no dimorfismo sexual” (TEIXEIRA, 2012, p. 507) e pensar e pôr em pauta uma sociedade que abarque as existências cis e trans. Um exemplo são os ambientes de saúde que muitas vezes não respeitam o nome social e tentam padronizar o atendimento a essas pessoas marginalizadas.

Só ser não basta, é preciso ter reconhecimento e validade social. O nome social entra justamente como intermediário entre a validação social e a prática da cidadania, pois possibilita que a pessoa trans se apresente da forma como se identifica.

## Referências

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil**. Sex., Salud Soc., Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872013000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200017&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 de abril de 2019.

ASSOCIATION, American Psychiatric. **DSM V - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 1. ed. [S.l.]: Amer Psychiatric Pub Incorporated, 2014.

BEAUVOIR, Simone. **Segundo Sexo, Vol.2: A Experiência Vivida**. Difusão Européia do Livro, 1968.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador, EDUFBA, 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é transexualidade**. São Paulo, Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política da diferença: feminismos e transexualidades**. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40+ o que no Brasil?*. Salvador. EDUFBA, 2011.

BENTO, Berenice e PELÚCIO, Larissa. **Despatologização Do Gênero: a Politização das Identidades Abjetas**. Estudos Feministas, v. 20, n. 2, p. 569–581, 2012.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese, v. 2, n. 3, p. 68–80, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília (DF), 2009. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820\\_13\\_08\\_2009.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html)>.

Acesso em: 14 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Cartilha Faz Bem Cuidar da Saúde de Cada Um**. Atenção Integral à Saúde da População Trans, 2016. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2019.

BUTLER, Judith. **Desdiagnosticando o gênero**. Physis. Rio de Janeiro, v.19, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a06.pdf>. Acesso em 2 de abril de 2019.

CARVALHO, Mario. **O “armário trans”: entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento**. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). Transexualidades um olhar multidisciplinar. 1ªed. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 241 a 254.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Inquilino no próprio corpo: reflexões sobre as transexualidades**. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). *Transexualidades um olhar multidisciplinar*. 1ªed. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 53 a 63.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **O corpo como estrangeiro**. *Ide* (São Paulo), São Paulo, v. 31, n. 47, p. 54-60, dez. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062008000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 24 de outubro de 2018.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina: um Ensaio de Psicologia Social**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

CIDADANIA TRANS. Disponível em: <[www.cidadaniatrans.com](http://www.cidadaniatrans.com)> . Acesso em: 13 de abril de 2018.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. **As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e de contexto**. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). *Transexualidades um olhar multidisciplinar*. 1ªed. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 13 a 23.

COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: [s.n.], 2016.

COLLING, Leandro; Sant'Ana, Tiago. **Um breve olhar sobre a transexualidade na mídia**. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). *Transexualidades um olhar multidisciplinar*. 1ªed. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 255 a 266.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. 1ª edição ed. São Paulo: NVersos, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-sicologia.pdf>>. Acesso em 31 de março de 2019.

COSTA, Jurandir Freire. **O sexo segundo Laqueur**. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de março de 2001.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, n. 24, Editora UFPR, p. 213–225. Curitiba, 2004.

ECCARD, Ana Flávia Costa e SOUSA, Thiago. **O Uso do Nome Social na Academia**. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, v. 2, n. 2, p. 171–188, 2016.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Dualismos em duelo**. Cad. Pagu, Campinas, n. 17-18, p. 9-79, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332002000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de maio de 2019.

FREUD, Sigmund. **O Ego e o Id**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (E.S.B., v. 19).

GALLI, Rafael Alves e colab. **Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 29, n. 4, p. 447–457, 2013.

GERHARDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas - RAE, v. 35, n. 2, p. 57–63. São Paulo, 1995.

GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2017.

JORGE, Marco Antonio Coutinho e TRAVASSOS, Natália Pereira. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JÚNIOR, Jorge Leite. **A interiorização do ‘verdadeiro’ sexo e a busca pelo ‘verdadeiro’ gênero**. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). *Transexualidades um olhar multidisciplinar*. 1ªed. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41 a 51.

JUNIOR, Plínio de Almeida Maciel. **Tornar-se homem – O projeto masculino na perspectiva de gênero**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

LACAN, J. (1998). **O estádio do espelho como formador da função do eu**. In: J. Lacan, *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.; pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1966).

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGNO, Laio e DOURADO, Inês e SILVA, Luisa Augusto Vasconcelos Da. **Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v.34, n.5, 2018.

MARIANI, Bethania. **Nome próprio e constituição do sujeito**. Letras, v. 24, n. 48, p. 131–141, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transexualidade e Transvestilidade na Saúde**. 1ª ed. Brasília, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Estranhando as Ciências Sociais: notas introdutórias sobre Teoria Queer**. Florestan - Revista da Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, São Carlos, s/n, 2014.

MORAES, Mirtes De. **O Seio Político: a representação simbólica do seio feminino no espaço público**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, Florianópolis, 2017. p. 1-12.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini e BÓGUS, Cláudia Maria. **Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde.** Saúde e Sociedade, v. 13, n. 3, p. 44–57, 2004.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri De e GROSSI, Miriam Pillar. **A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico.** Estudos Feministas, v. 22, n. 2, p. 699–701, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.** 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.2.

PEREIRA, Silvero. **BR-TRANS.** 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Livros Cobogó Ltda., 2017.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, janeiro de 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2002000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2002000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 de novembro de 2018

RIBEIRO, Djalma. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório.** Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016. Disponível em: <[https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/108502/1/feminismo\\_negro\\_novo\\_ribeiro.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/108502/1/feminismo_negro_novo_ribeiro.pdf)>. Acesso em: 7 de maio de 2019.

ROCON, Pablo Cardozo e colab. **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde.** Ciências & Saúde Coletiva, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016.

ROHDEN, Fabíola. **O corpo fazendo a diferença**. Mana, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 127-141, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo, Ubu, 2017.

SANTOS, Ailton. **Transexualidade e travestilidades: conjunções e disfunções**. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). *Transexualidades um olhar multidisciplinar*. 1ªed. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 79 a 99.

SILVA, Sílvio Éder Dias Da e colab. **Representações sociais de mulheres mastectomizadas e suas implicações para o autocuidado**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 63, n.5, p. 727-734, 2010.

SPINK, Mary Jane. **A Produção de Informação na Pesquisa Social: compartilhando ferramentas**. 1ª ed. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2014.

SPIZZIRRI, Giancarlo. **Morfometria cerebral e imagens de tensores de difusão da microestrutura de substância branca em homens para mulheres transexuais antes e durante o processo transexualizador**. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SPIZZIRRI, Giancarlo e colab. **Grey and white matter volumes either in treatment-naïve or hormone-treated transgender women: a voxel-based morphometry study**. Scientific reports, v. 8, n. 1, 2018.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade.** Estudos Feministas, v. 20, n. 2, p. 501-512, 2012.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Processo judicial e a adequação do nome e do sexo do transexual.** In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.). Transexualidades um olhar multidisciplinar. 1ªed. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 211 a 224.

WYLLYS, Jean. **Todos nós em transe.** In: PEREIRA, Silvero. BR-trans. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2017. p. 7-10.

# Anexos

## Anexo 1 – Modelo de Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “A escolha do nome social: um passo para exercer a cidadania”. Nesta pesquisa, pretendemos entender como se deu o processo de escolha do nome social de pessoas de transexuais e como esta escolha as afetou na prática da cidadania. O motivo deste estudo dá-se em virtude do alto número de violência e exclusão das pessoas trans no Brasil, com a finalidade de contribuir para que o uso do nome social seja reconhecido e respeitado como um direito de todos os cidadãos, permitindo maior conforto e segurança na ocupação dos espaços públicos da cidade.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos:

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com cada participante em particular. As entrevistas propõem-se a serem instrumentos propiciadores da compreensão acerca do processo de escolha do nome social e como este interferiu no exercer da cidadania, através de perguntas elaboradas para este fim.

Para participar deste estudo, o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O(A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida ao(à) senhor(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 05 (cinco) anos e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resolução No 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “A escolha do nome social: um passo para exercer a cidadania”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

|      |                         |      |
|------|-------------------------|------|
| Nome | Assinatura participante | Data |
|------|-------------------------|------|

---

|      |                        |      |
|------|------------------------|------|
| Nome | Assinatura pesquisador | Data |
|------|------------------------|------|

---

|      |                       |      |
|------|-----------------------|------|
| Nome | Assinatura testemunha | Data |
|------|-----------------------|------|

## Anexo 2: transcrição entrevista 1

### 1. Como foi o processo de se identificar como uma mulher trans?

É que assim, para toda pessoa trans não é fácil você seguir um padrão porque cada pessoa interage de um jeito na sociedade mas assim eu como muitas pessoas também sempre souberam, a gente sempre sabe mas assim como eu sou de outra geração porque as novas gerações elas chegam já com muita informação e acesso a essa informação. Antes a gente não tinha acesso a isso não era tão fácil você entender. Eu sentia o que eu era eu não me enxergava naquele corpo, eu não me enxergava do jeito que eu era mas assim era difícil a aceitação em razão de todos os preconceitos da sociedade até os próprios preconceitos internalizados, socializados e a gente luta contra isso porque a gente não quer que aconteça isso, nós sabemos o quanto é doloroso em sentir o preconceito, em ter essa vida então você tenta camuflar aquilo durante uma vida até que chega um momento que você fala 'não quero mais' e você vê os meios de como você vai fazer e acaba se assumindo e começa a partir dali a viver.

Eu demorei 29 anos para fazer isso porque foi difícil aceitação no começo, pra mim foi mais difícil porque eu sou lésbica, eu sempre me relacionei com mulheres, pra você se entender primeiro trans e depois lésbica são coisas diferentes, orientação sexual e identidade de gênero, fica muito difícil. E você une isso com a falta de informação que tinha na época, porque eu to falando isso de 7, 8 10 anos atrás. 10 anos atrás a gente não tinha o volume de informação que a gente tem hoje sobre a identidade de gênero, sobre orientação sexual também, isso que orientação sexual é uma coisa antiga...não tão antiga porque ela deixou de ser considerada uma doença nos anos 80 enquanto a transexualidade continua sendo considerada uma doença. Ou seja, outra barreira que ainda precisamos passar. Ai voltamos: unindo a isso junto com todo preconceito e toda dificuldade de aceitação e entendimento até que pela internet eu comecei a pesquisar mais e começaram a surgir assuntos sobre e foi quando eu consegui realmente me entender, procurei ajuda profissional porque aí com a internet a gente vê isso né porque 'ah você é transexual' então tem ajuda psicológica pra isso, você consegue fazer tal tratamento, você consegue fazer tal

coisas pra viver a sua vida. O que foi ótimo, a internet ajudou muito nisso porque eu penso nas trans que vieram antes como que elas tiveram acesso a essas informações como elas correram atrás, era muito mais difícil na época. Se já foi difícil pra mim quando eu peguei o começo dessa era tecnológica da informação de acesso rápido, já foi difícil, imagina pra elas naquela época. Então foi só quando eu tive conhecimento mesmo pra eu conseguir realmente entender e ver meu lugar no mundo e ver que eu não tava louca... porque a gente pensa muita coisa, porque eu não me entendia daquela maneira, não me via daquela maneira e aí eu comecei a pensar que eu tava louca aí vem todo o pensamento de suicídio entra toda essa questão até que eu finalmente decidi me aceitar e me assumi e foi quando eu comecei transição e tomar hormônio...tudo isso foi 2011/2012 que eu comecei tudo. E foi indo aí a partir de então aí vim enfrentando todo o processo.

## 2. E como era sua relação com o seu nome de batismo?

Eu não falo. Nenhuma pessoa trans fala. Tem pessoa que fala sem problema, eu só não gosto porque não é meu nome.

## 3. Como foi escolher um nome?

É uma das melhores partes e mais libertadoras porque aí você vai escolher um nome que é seu que você se identifica e pra mim assim não teve nenhum significado especial, eu gostava do nome porque eu achava bonito e foi 'ah vai ser esse'. Teve outros antes que você vai pensando e fala 'acho que é esse, acho que é esse' até chegar em um e falar 'é esse pronto e foi'. Foi bem simples assim, não teve nada de místico. Porque eu tenho amigas que falam 'não eu escolhi porque tem a ver com meu signo, tem a ver com a minha personalidade...' e eu falo 'não teve nada de especial', eu achei lindo sempre gostei...

## 4. Você escolheu sozinha?

Foi. Foi, eu tentei ir pra essa parte 'ai não vou escolher um nome que tenha significado comigo' mas não encontrei nada do tipo...

#### 5. Como foi o processo judicial?

Judicial eu não tive, porque eu não peguei essa parte. Assim, antigamente...a decisão do STF é muito recente, março/abril do ano passado, coisa assim... eu sabia que precisava por causa da minha profissão, desse processo eu já ajudei muitas trans no processo, mas eu não tinha feito porque sinceramente pra mim não fazia tanta diferença. Porque assim meus documentos básicos já estão com meu nome social. Ou juntam com o de batismo como por exemplo o meu OAB que tem meu nome de registro e meu nome social, então não ligo qualquer lugar que eu vou eu apresento e vão saber meu nome pronto.

#### 6. E como foi esse processo de tirar o nome social?

Antigamente era muito difícil porque requeria muitos documentos, perícias, a morosidade do estado, porque o Estado é moroso, é muito devagar, então assim pra uma pessoa com sorte demorava de 6 a 8 meses, com sorte. Ai dos processos médios demorava 1 ano, 1 ano e tanto e se você se ferrava ai eram anos porque sempre pode dar algum problema... as vezes o MP chega e fala 'eu não concordo com tais documentos, eu exijo uma perícia melhor' e ai a gente entra naquela questão de quem é o estado pra determinar quem você é? Quem é o estado pra determinar quem você é? E essa sempre foi a briga de todas as militâncias trans. Inclusive eu conheci muita gente de dentro da OAB que também trabalhava com isso, batalhava contra isso. Uma das ativistas que conseguiram essa decisão do STF é a Marcia Rocha, que é uma advogada também ela é trans e ela sempre foi envolvida com todos comitês LGBTs da OAB e ela por intermédio da OAB também, elas que pressionaram né, através de mil processos o STF a tomar essa decisão. Então graças a ela e muita gente que hoje nós temos essa possibilidade de ir até o cartório e em 2 semanas você já tem o seu documento retificado. Coisa que eu não fiz ainda, já ta lá e eles já tão processando, vai demorar sei lá 1 semana. Por preguiça minha, porque eu tive que tirar,

ainda tem muita burocracia hoje, a gente ainda tem que levar todos os comprovantes civis, criminais e trabalhistas pra mostrar que você não tem nenhum débito com a sociedade. Ai você tem que levar certidões de todos os cartórios pra mostrar que você não tem nenhum protesto ou algo do tipo e pagar taxas e mais taxas né. Mas vale a pena, vale a pena, pra uma coisa que demorava 1 ano você fazer agora em 2 semanas, eu acho maravilhoso. É um grande avanço, principalmente pra esse país que está voltando à idade média. Espero que isso não acabe, por isso que eu to mudando o nome agora porque vai que revoguem isso.

E muita gente preconceituosa fala assim 'ah mas em questão de débitos e processos e coisas do tipo...isso é uma falácia é ridículo porque o que muda é o seu nome e não o seu CPF. O que te identifica na sociedade é o seu CPF, são os seus registros civis, eleitorais, é número. Você na sociedade é um número não é um nome. Então não sei porque as pessoas têm tanta questão de falar que o nome é uma coisa tão abstrata assim. Até sei por causa da minha profissão que tem no código civil que todo mundo tem direito a um nome.

## 7. Você vê o nome social sendo respeitado nos espaços públicos?

Olha hoje em dia você ainda tem que brigar bastante, se você ainda não retificou seu nome você tem que brigar muito em lugares públicos para que respeitem seu nome. Por exemplo ano retrasado eu fui internada, nada muito grave, era uma endoscopia e pediram pra eu ficar internada lá uma noite, não colocaram meu nome social apesar de que aqui em São Paulo tem uma lei estadual que fala sobre isso de 2010 e ela determina que toda pessoa LGBT tem que ser tratada do jeito que deseja né por todo funcionário público. E não quiseram mudar porque assim o quadro do meu quarto tinha um nome e no registro no térreo. Uma amiga minha militante chegou querendo me visitar e quando ela chegou no meu quarto ela tava brava e perguntou 'quem é fulano' e eu disse 'é meu nome de registro', ela 'vai toma no cu colocaram seu nome de homem lá por que fizeram isso?' e eu disse que não sabia disso. Quando ela saiu do quarto, eu não fiquei sabendo disso, ela rodou a bahiana naquele hospital e brigou com todo mundo e não adiantou. Eu não liguei porque pensei 'vou ficar aqui até amanhã de manhã, 10h eu to indo embora dane-se o nome que tá lá embaixo, falei 'só você vem me visitar não tem problema'. Ela 'não, mas é desrespeito

não sei que lá', com razão, lógico. Vejo que muitos lugares, principalmente hospitais eu já vi muita gente falando assim 'além dessa resolução do STJ também tem essa lei de 2010 que fala que tem que respeitar o nome social e ninguém respeita por causa de preconceito. Mas isso tá mudando, no SUS a minha carteirinha tá com o nome social, nem aparece o nome de registro. Mas ainda tem lugares que a gente enfrenta uma certa dificuldade, acho que aos poucos, bem aos poucos a gente tá engatinhando.

8. Você acha que o uso do nome social ajuda na inserção das pessoas na sociedade?

Com certeza, na inserção das pessoas na sociedade, como uma pessoa vai viver na sociedade. Porque pra você ter um exemplo claro da situação quando eu tava prestando OAB, eu prestei algumas vezes (4-5 vezes) porque eu não estudava, e o que me incomodava muito era que eu ia do jeito que você tá me vendo agora e lá na porta você tem que assinar uma lista de chamada. Chegando lá a mulher olhava pra foto e olhava pra mim 'é você mesmo?' e eu 'é sou eu'...tem todo esse constrangimento. Quando a OAB decidiu mudar foi o exame que eu passei, mas também porque eu estudei mas isso me motivou mais. Porque saiu essa decisão da OAB através dessa advogada que eu te falei, a Marcia Rocha, essa mulher é foda, e teve essa possibilidade de fazer a prova com o nome social. É um outro ânimo, um outro ânimo. Você saber que você tá num lugar que respeita quem você é. Ai você imagina antes eu fazia numa sala a prova cheia de fulanos com o mesmo nome que eu. Depois eu fui fazer em uma sala só de Joanas, só tinha Joana na sala, ai você vê que é outra coisa, outra vibe, deu até prazer de fazer a prova. Acho que é muito mais vantajoso pra pessoa, pessoalmente assim, é muito melhor. Porque em sociedade se você pensa na felicidade de cada um.

A desculpa que a gente mais vê nessas pessoas (que não respeitam o nome social), principalmente quem eu conheço há muito tempo, 'é muito difícil fazer essa alteração toda' (se referindo a troca de nome). Difícil pra você que tá tomando quilos de hormônio todo mês, que tá com seu corpo mudando, é você que tem medo de andar na rua sofrer um ataque e morrer? Ai então é difícil pra você só me chamar pelo meu nome, nossa que

dificuldade. Eu queria ter essa dificuldade na vida. O que me irrita é isso, a hipocrisia das pessoas. Esse falso moralismo que criam pra encobrir a transfobia, pra encobrir o preconceito.

#### 9. O que você acha que mudou na sua vida após ter um nome social?

A grande mudança é que você passa a se ver né como você sempre se viu por dentro, você exterioriza aquilo que você sempre foi. O seu nome nada mais é do que a exteriorização da sua personalidade, daquilo que você entende como você. Então essa é a maior coisa de todas, é a satisfação de você ver a sua vida engrenando do jeito que ela deveria sempre ser. Hoje a gente vê como uma grande coisa quando na verdade deveria ser uma coisa tão básica. Porque diante de todo esse processo que a gente vê das pessoas entendendo ainda o que é ser uma pessoa trans, como foi uma descoberta pra mim, pra mim foi difícil também porque eu nasci nos anos 80, então, voltando aquilo que a gente falou da facilidade de acesso à informação eu acredito que daqui pra frente com essa facilidade que existe será mais fácil pra todo mundo. Vai ser muito mais fácil. Hoje em dia a gente vê, principalmente quem tá inserido em toda comunidade, como tem pessoas mais novas cada vez mais se identificando e se assumindo na sociedade. A gente acha isso maravilhoso porque é uma pessoa que não vai ter os mesmo traumas que a gente teve porque o que eu vejo assim são pessoas hoje em dia muito sequeladas pela violência que elas sofreram antes, antes de todo esse lance de se assumir e ter um nome social. Então o nome social é uma libertação pra isso, uma libertação pra você finalmente ter a sua voz. Porque imagina eu tenho tantas amigas assim que tem inúmeros problemas psicológicos e precisam tomar remédios porque sofreram tanta coisa na vida que gerou esses traumas. Eu sempre digo que eu tive muita sorte por causa de toda, sei lá, de todo o meu trajeto na vida, também dos privilégios. Eu não sou rica, não sou classe média-alta, eu sou aquela classe média pobre normal, como toda pessoa, mas assim eu sempre tive facilidade e gosto à educação. Eu sempre estudei bastante e me informei bastante. Eu lembro, sei lá, quando eu tinha 15 anos, ao invés de eu ficar correndo ou atrás de baladinha e não sei o que, eu tava em casa lendo Marx e Bakunin. Isso com 15 anos, em noventa e pouco. Era muito difícil você achar um livro de Bakunin em 97 e eu achava. Então por isso que eu me vejo como muito

privilegiada porque eu tive acesso à informação e foi criando o caráter que eu tenho hoje. O que me ajudou muito a ter um caráter forte, uma personalidade forte, de me entender na sociedade como uma pessoa de direitos. Eu não abaixo a cabeça pra nada, porque, onde que eu quero chegar, eu tive amigas que sofreram inúmeras violências, sejam verbais sejam físicas e eu tive a sorte que para as violências verbais que eu sofria porque eu sempre fui aquela criança que todo mundo olhava e fala ‘ah parece...’ que nem todo mundo fala “criança viada”. Então assim como eu era uma criança delicada eu sofria muito bullying, só que eu tinha personalidade forte o bastante pra não me introverter e vem as facilidades dos meus privilégios porque eu sempre tive acesso a esportes. Então eu comecei muito cedo a fazer lutas marciais, eu fiz caratê durante muitos anos. Então quando eu ia sofrer um bullying físico eu não sofria porque eu me defendia. Eu batia nas pessoas que tentavam fazer bullying contra mim. E isso quando eu fiz meu tratamento psicológico no começo da transição, o meu psicólogo falou que isso foi muito importante pra construir meu caráter. Eu não deixava aquilo me abater porque eu lutava contra aquilo. Toda ação injusta que eu sofri eu retribui. Porque assim eu não era uma pessoa violenta, o caratê tem também um ensinamento filosófico de que você faz uma arte marcial pra sua vida e não pra sair batendo nas pessoas. Então eu controlava muito aquilo. Outra coisa que os privilégios trouxeram de facilidade para mim. Então imagina eu sempre tive acesso a filosofia, sempre tive acesso a esportes, o que me ajudou a construir tudo isso e chegar onde to hoje: uma pessoa com uma cabeça mais ou menos sã, não tão louca. Como eu te disse eu tenho amigas que tiveram o psicológico totalmente devastado por causa de violências que sofreram na infância, na adolescência e ao se assumirem são expulsas de casa. São várias violências que acabam quebrando a pessoa. Eu tive uma sorte enorme em não ter isso. E pra essas pessoas, principalmente as que sofreram mais, você ter um nome social e você ser reconhecido é maravilhoso, maravilhoso. Pra muita gente parece ser uma besteira, mas assim eu tenho amigas que choraram quando conseguiram ter o cartão do banco com o nome social. Aconteceu comigo esses dias no banco, eu pedi um cartão e esqueci de pedir a porra do nome social. Ai quando eu lembrei, o bom é que o atendimento deles foi super rápido e me falaram ‘ó já imprimimos o novo cartão com o nome antigo mas já estamos fazendo outro com o nome social sem custo nenhum e vai chegar na sua casa. E chegou, os dois. Então, pelo menos essa facilidade. Mas é uma coisa muita boa.

Lembro quando eu tirei o meu primeiro documento, não foi nem documento foi crachá do trabalho, que eu vi veio com o meu nome e eu 'agora sim é a minha vida começando'. Porque pra mim uma das barreiras foi essa assim, porque eu já tava no trabalho, tava lá há anos como fulano e imagina eu chegar pro meu chefe e falar 'mudou'. Mas eu já tava no processo, já tava tomando hormônio e todo mundo já tava vendo as mudanças acontecendo no meu corpo. Como eu falei eu sempre tive um jeito mais andrógono de me portar, mais delicado, então não foi um choque tão grande. Mas mesmo assim foi um choque. O bom é que lá onde eu trabalhava era uma faculdade de direito e com umas pessoas com uma cabeça melhor, foi super tranquilo. Inclusive meu chefe chegou e me falou quando eu contei pra ele 'ta bom, o que você precisa de mim?', ai eu ia sair de férias e disse 'eu vou sair de férias, quando eu voltar eu queria só que já tivesse as alterações aqui por exemplo crachá, email, nome na minha mesa. Falei 'eu preciso disso', ele disse só 'ta bom, me manda um email e quando você voltar de férias vai estar tudo pronto'. E foi o que aconteceu. Eu cheguei lá na minha mesa tava meu crachá, meu email pronto com senha e tudo mais e tudo lindo. Como eu te falei, aquela libertação. Você vê sua vida realmente começando depois de tantos anos de sofrimento. Eu não to falando que tudo é flores agora, ai vem a parte da militância. Que você sendo LGBT você milita todo dia. Existir é um ato político. Você apenas sobreviver é muita coisa. Aqui no Brasil a estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Eu to no lucro, já tenho 37. To com 2 de lucro, vamos ver quando eu vou embora. Porque a gente pensa isso. Não tem como a gente não pensar porque vê isso acontecendo todos os dias. Eu vejo pessoas próximas a mim morrendo. Todo dia, todo dia. Pessoas próximas assim pessoa que eu vi outro dia passando com o nosso grupo de pessoas trans que a gente conhece 'ah sabe a fulana? Morreu assassinada'. Assim que a gente sabe, pode acontecer a qualquer hora.

### **Anexo 3: transcrição entrevista 2**

#### **1. Como foi o processo de não identificação com o seu corpo/seu nome?**

Então é, no começo pra mim...eu falo que eu sou homem desde que eu tinha 5 anos e eu não, tipo, isso não era uma questão tão grande pra mim até porque eu não tinha consciência né da minha identificação, do que o meu nome significava, do que ter uma vagina significava na sociedade, o que ser mulher significava na sociedade então não tinha tanto esses parâmetros quando eu tinha 5 anos. Então eu só falava que eu era menino e que tipo eu copiava o comportamento dos meninos e era isso. Mas depois que eu fui crescendo começou a realmente se tornar uma crise assim, porque chegou um momento que de tanto que falaram pra mim que eu não era eu meio que desisti dessa ideia, meio que nunca mais voltou pra minha cabeça. Então achava que era impossível isso, que não existiam pessoas assim tá ligado, achava que não acontecia então eu achava que eu era sei lá completamente estranho e tinha que só ficar na minha e o máximo que eu poderia ser, o mais próximo do que eu poderia chegar era ser lésbica assim por exemplo. E, mas isso tudo foi muito problemático pra mim, até porque você falou essa questão do nome, da identificação....é eu nunca me identifiquei como lésbica, como mulher, eu nunca me identifiquei com aquilo que eu era e muito menos com o meu nome. E pra mim fazer esse processo todo foi muito difícil porque essa é a primeira questão né, mexer com a identidade é uma coisa muito delicado, porque parece que você vai mudar quem você é né. Tipo assim, se você me viu, olha pra mim há 2 anos atrás, antes de eu iniciar a minha transição, menos até, um ano e pouquinho, tipo é como se eu fosse outra pessoa hoje. As pessoas olham para fotos minhas e falam “parece a sua irmã mais nova”, mas não parece você. Então até nisso me pega um pouco, poxa será que eu realmente me tornei outra pessoa? E eu realmente me tornei outra pessoa sabe, por isso que não fazia mais sentido aquilo. E não é nem que eu me tornei, eu só parei de fingir, de assumir uma identidade que não era minha entendeu?

#### **2. Você acha que a escolha de um nome foi importante nessa transição?**

Aham, sim. É, foi mais importante né. E isso foi o que sempre me pegou assim. Porque quando eu descobri o que era uma pessoa transexual que foi tipo com 19, não foi com 21 anos, foi meio tarde assim, eu descobri e no momento que eu descobri o que era eu eu descobri que eu era. Foi bem ao mesmo tempo né, obviamente. E assim, o nome, eu lembro que quando eu contei pra minha mãe que eu era trans eu sabia que eu era homem já mas eu nunca tinha pensado num nome, porque pra mim era muito difícil me chamarem de outro nome. Eu não to muito acostumado com isso, tava muito acostumado. Então eu lembro que quando eu contei pra minha mãe em 2015 que eu queria me assumir e tals ela falou assim “é, como vai ser seu nome?” e eu falei “não sei, sei lá não faço ideia”, eu até pensei em continuar porque eu não sabia assim, as coisas estavam muito recentes, não fazia nada muito sentido. E aí depois de um tempo eu fui amadurecendo a ideia até... eu não me assumi em 2015, foi só em 2017, passaram 2 anos de processo de entendimento dessas questões. E aí, o meu nome... eu não consegui achar um nome que me representasse e eu também vi que isso era uma coisa que machucava muito a minha mãe, porque eu sei que ela tinha escolhido o meu nome com um carinho muito grande assim sabe, então eu pedi pra ela escolher o meu nome, né, qual seria o nome que ela teria me dado. E aí foi o nome André que ela teria me dado. Então foi ela que escolheu. Achei meio justo assim com ela também, sabe, uma forma de... sabe eu continuo sendo filho dela, continuo tendo o nome que ela queria que eu tivesse, então foi mais ou menos assim. Eu pedi pra ela escolher porque eu realmente, eu não senti... eu sei que tem muitos homens trans, muitas pessoas trans que escolhem o próprio nome e eu acho super legítimo, cada um tem sua brisa, mas pra mim não fazia sentido eu escolher, porque eu sei que a minha mãe tinha feito isso com um carinho muito grande. Eu não achava que eu tinha moral pra escolher, tirar o lugar dela.

### 3. Você procurou alguma ajuda nesse processo? Como você descobriu a transexualidade?

Foi assim, no começo da faculdade, nos dois primeiros anos que foi em 2014-15, no meio pro final de 2015 eu descobri que eu era trans, mas esse um ano e meio mais ou menos,

de 2014 para 2015, até menos, acho que foi um ano, eu fiz parte do coletivo feminista da ESPM, porque eu tinha amigas que faziam parte e ela falaram “ah vamos” e eu falei “ta foda-se, mas nunca me identifiquei com a causa”. Até não gostava de falar sobre isso porque nunca foi uma causa minha, na minha cabeça nunca tinha sido e tipo não fazia o menor sentido pra mim tá ali. Só que, ao mesmo tempo, foi incrivelmente bom tá ali para ter contato com várias outras coisas né. E uma das atividades do coletivo era tipo a cada uns 15 dias tinham uns encontros aqui mesmo na ESPM com alguma pessoa que tivesse alguma vivência diferente para poder contar e trazer esses assuntos. E aí um dos dias era uma pessoa trans. Na realidade foi uma das minhas melhores amigas assim, ela era muito presente, muito forte no coletivo e ela que escolhia as pautas também né tipo junto com o pessoal, mas ela meio que liderava. E aí ela meio que desconfiava que eu era trans, ela perguntou uma vez se eu era e não fazia a menor ideia do que aquilo significava, pra mim era só... tipo uma pessoa trans pra mim, eu via como uma travesti assim, era isso uma definição de uma pessoa trans. E aí eu falei que não, que eu não era e aí tipo, só que ela...porque os papos que a gente tinha, sabe, as coisas que eu falava pra ela, só que eu não sabia o que eu tava falando sabe, não tinha um nome pra mim aquilo. E aí ela falou “não, vou fazer um próximo encontro aqui no coletivo e eu vou trazer um homem trans tals”, eu falei “ta bom”, foda-se sabe. Aí quando ele chegou aqui parecia um homem cisgênero né, aí eu achei muito estranho porque eu tava esperando uma travesti ou uma dragqueen sei lá, era tão ignorante nesse sentido, porque eu nunca tinha tido contato com aquilo. Então eu tava esperando uma aparência feminina e de repente vem um cara que tava...não parecia tanto um cara cis porque ele tava nos primeiros três meses de hormonização, mas tipo foi bizarro assim, tudo que ele começou a falar começou a se encaixar na minha cabeça e foi um momento que deu um estalo né e foi quando eu percebi, eu tive certeza absoluta, ele falando lá....nossa em cinco minutos dele falando eu falei “bom, é isso, eu tenho certeza”, sem nenhuma dúvida, sem olhar pra trás, eu já sabia então. Foi mais ou menos assim o processo.

#### 4. Você já fez o processo de retificação do nome?

Já.

## 5. Foi tranquilo?

Não. Nunca é tranquilo né, tipo assim, eu tive sorte ainda de fazer já com a nova lei né, de poder mudar no cartório. Mas eu lembro que eu ia fazer por fora, porque na época que eu ia fazer ainda não tinha, minha mãe tava me ajudando a procurar advogado, porque você tinha que entrar...gastar uns 4000 reais com advogado pra poder....é, se for fazer com advogado do governo é 2 anos de espera sabe...então tem que pagar uns 3, 4 pau pra ele fazer. Eu tava no meio do processo, minha mãe ia pagar, tinha parcelado ta ligado, porque também era uma brisa assim minha mãe queria pagar pra mim mas eu queria pagar sabe, porque era meu aquilo e ai também tipo não ia ser, sei lá, ia ser uma conquista muito minha se eu pagasse sabe tipo porque sei lá, eu acho que eu batalhei muito, a vida inteira pra fazer aquilo e tipo faria sentido pra mim. E ai eu ia pagar tals e ai aprovaram né no...aprovaram. E ai eu consegui mudar. Só que assim, tipo mesmo assim demorou muito porque falaram assim “ah, aprovou”, ai beleza, só que não tava liberado em todos os cartórios. Tipo, ainda tinha muito tempo, ainda passou uns dois meses ai todo mundo tentando mudar e não conseguia. E ai toda que vez que a gente ia no cartório falavam alguma coisa sabe, tipo sempre dificultando o processo. Então tipo, cada vez tipo falava “tem que trazer tais documentos”, ai eu trazia esses documentos e ele falavam “não, ta faltando tal documento”. Porque tem que levar, por exemplo assim, a justificativa que eles usam pra não deixar a gente mudar de nome é falar que a gente pode é, sei lá, fazer falsidade ideológica. Por exemplo eu roubei pra caralho tals, ai eu vou lá e mudo meu nome e ai é como se tivesse limpado o meu nome. Só que isso é um argumento extremamente frágil e idiota porque pro governo a gente é um número, que é o número do nosso CPF e isso nunca vai mudar. O número do CPF não muda, número do RG não muda. O seu nome lá meio que foda-se, você é um número pra eles. E ai foi cada vez mais difícil até que a minha mãe foi lá, tipo ficou puta, ai ela foi lá ela tipo falou com a mulher “escuta aqui, meu filho vai mudar de nome sim, você tem que falar tudo agora que a gente tem que pegar agora e já era”. Ai a mulher ficou meio que tipo “ta bom”. Eu só pedi no cartório que eu fui registrado então só podia ser lá. Eu não podia “ah não gostei daqui vou em outro”. Então foi um pouco mais difícil assim por conta disso mas depois que eles aceitaram a minha papelada tipo foi em uma semana assim tipo ficou pronto e falou “tem que buscar minha certidão de nascimento”. Mas ai tem todo o corre de mudar o nome em mil lugares, tipo assim, eu troquei meu nome em julho de 2018 e ainda, por exemplo, ainda meu CPF ainda

não mudei, preciso mudar, eu preciso tirar certificado de reservista para ficar, para atualizar o meu passaporte. Então eu tenho que fazer vários correes que eu ainda não fiz. Então tenho que fazer todas essas paradas. E além do mais mudar de nome e de gênero me fez perder alguns direitos básicos como eu teria por exemplo no meu plano de saúde eu não tenho, não posso mais ir no ginecologista, porque agora o meu gênero é masculino. Só que eu preciso ir no ginecologista, mas eu não tenho mais essa cobertura do convênio. A gente vai ter que abrir um processo...porque assim eu tive que fazer a mastectomia mas eu preciso tirar útero e ovário e trompas, tem que tirar, porque a testosterona faz atrofiar e tipo por exemplo eu já não menstruo faz mais de um ano, não me faz bem ficar preso com isso no corpo também. E tem muitos homens trans que ficam tipo um mês sem tomar pra poder menstruar e descer e não ficar com aquilo no corpo e depois voltam a tomar. Mas eu nunca vou fazer isso, tá ligado, não tenho coragem não quero, então eu quero tirar logo e eu quero operar agora no meio do ano e a gente tá tentando ver, mas é bem complicado.

#### 6. Você sente que seu nome social é respeitado nos lugares?

Então, hoje ele é porque o nome tá no meu RG, hoje é meu nome de registro, já não tenho mais nome social. Mas quando eu tinha nome social não era respeitado e é bem constrangedor, assim, foi por isso que tipo depois de tirar o peito que era o meu primeiro constrangimento, meu maior constrangimento eram meus seios, e daí depois que eu tirei o meu segundo maior era o meu nome, porque isso, tipo assim, em balada, você tem que entrar na balada tipo daí você tem que ficar explicando pro cara tipo e daí por exemplo você vai no médico, tipo no médico no pronto socorro por exemplo eu falo pra moça “sou trans, me chama de André, não me chama por esse nome que tá aí”, aí na hora que vai me chamar chama com o meu nome de registro antigo, porque é meu nome antigo. Tipo já tinha barba sabe e daí eu levantava e todo mundo ficava me olhando porque não era aquele nome sabe. Aí a mulher falava “não, não é você”, aí eu tinha que ficar explicando tudo de novo sabe, então eram tipo muitos muitos constrangimentos. E pra tudo você tem que falar, tudo que você vai fazer você tem que falar, tem que se explicar e aí as pessoas ficam questionando coisa a mais assim sabe. Teve uma vez que, mesmo, isso eu tinha

mudado meu nome já, que eu fui na....que eu fui na... no dentista, faz um mês, fui no dentista e aí não sei porque na empresa que eu trabalho eles não alteraram minha carteirinha lá do convênio do dentista, e aí eu tava já na consulta assim tipo, e aí a mulher da recepção entrou fazendo um escândalo, falando que eu tava usando o nome de outra pessoa que isso era falsidade ideológica e que ela ia chamar a polícia, começou a falar um monte de coisa assim tá ligado. E aí sabe, tipo, passo por muitos constrangimentos e por isso que pra mim isso era um dos primeiros, das principais coisas. Ninguém tinha respeito. As pessoas só vão respeitar enquanto elas acharem que eu sou cis, a partir do momento que elas sabem que eu sou trans aí acabou o respeito entendeu, por isso que eu prefiro mudar meu e não passar por isso, do que dar satisfação pra gente que não tem nada a ver com a minha vida sabe.